

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP ou Companhia) é uma empresa de economia mista, com sede em São Paulo na Rua Costa Carvalho, 300, CEP 05429-900, que tem como acionista controlador o Estado de São Paulo. Atua na prestação de serviços de saneamento básico e ambiental no Estado de São Paulo e também fornece água tratada e serviços de esgoto no atacado.

Além de atuar na prestação de serviços de saneamento básico no Estado de São Paulo, a SABESP pode exercer atividades em outros estados e países, podendo atuar nos mercados de drenagem, serviços de limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e energia. A visão da SABESP é ser referência mundial na prestação de serviços de saneamento, de forma sustentável, competitiva e inovadora, com foco no cliente.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia operava os serviços de água e esgoto em 375 municípios do Estado de São Paulo, sendo que 342 foram contratualizados de acordo com a Lei nº 11.445/2007. Na maioria dos municípios as operações decorrem de contratos de concessão, de programa e de prestação de serviços firmados por 30 anos, exceto pelos municípios de Guarulhos, Mauá, Mogi das Cruzes, Santo André, São Bernardo do Campo, São João da Boa Vista e Tejuapá, que foram firmados pelo prazo de 40 anos.

O quadro a seguir demonstra um resumo da situação contratual dos municípios operados:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Total de municípios contratualizados	342	325
Saldo contábil – intangível e ativo de contrato	39.440.568	35.990.087
Percentual do intangível e ativo de contrato	93,08%	90,10%
Receita de Serviços de Saneamento (não inclui Receita de Construção)	14.406.803	13.700.777
Percentual da Receita de Serviços de Saneamento (não inclui Receita de Construção)	95,05%	84,92%
Municípios com contratos vencidos:	8	21
Saldo contábil – intangível e ativo de contrato	264.931	1.637.878
Percentual do intangível e ativo de contrato	0,63%	4,10%
Receita de Serviços de Saneamento (não inclui Receita de Construção)	39.088	451.603
Percentual da Receita de Serviços de Saneamento (não inclui Receita de Construção)	0,26%	2,80%
Municípios com contratos de concessão a vencer até 2030:	25	27
Saldo contábil – intangível e ativo de contrato	1.436.529	1.181.172
Percentual do intangível e ativo de contrato	3,39%	2,96%
Receita de Serviços de Saneamento (não inclui Receita de Construção)	597.483	588.628
Percentual da Receita de Serviços de Saneamento (não inclui Receita de Construção)	3,94%	3,65%

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Município de São Paulo:		
Percentual do intangível e ativo de contrato	37,94%	43,37%
Percentual da Receita de Serviços de Saneamento (não inclui Receita de Construção)	44,58%	44,48%

A Companhia opera amparada em escritura pública de autorização, modalidade válida e regida pelo código civil brasileiro, no município de Juquitiba. A receita de serviços de saneamento (não inclui receita de construção) deste município, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, totalizou R\$ 6.056 (no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, R\$ 5.616) e o montante total do intangível e ativo de contrato para este município em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 77.014 (em 31 de dezembro de 2019, R\$ 80.563).

As ações da Companhia estão listadas no segmento “Novo Mercado” da B3 sob o código SBSP3 desde abril de 2002, e na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), na forma de American Depositary Receipts (ADRs) Level III, sob o código SBS, desde maio de 2002.

Desde 2008, a SABESP vem atuando em parceria com outras empresas, resultando na formação das seguintes companhias: Sesamm, Águas de Andradina, Saneaqua Mairinque, Aquapolo Ambiental, Águas de Castilho, Attend Ambiental e Paulista Geradora de Energia. Embora a participação da SABESP no capital social destas empresas não seja majoritária, os acordos de acionistas preveem o poder de veto e voto de qualidade sobre determinadas matérias, em conjunto com as empresas associadas, indicando controle compartilhado na gestão dessas investidas, exceto para a empresa Saneaqua Mairinque, que em agosto de 2020 deixou de ter o controle compartilhado.

Instabilidade econômica agravada pela COVID-19

A instabilidade econômica mundial foi agravada com o surto de um novo coronavírus no início de 2020, levando a Organização Mundial da Saúde (OMS) a caracterizá-lo como uma Pandemia. Nesse contexto, a SABESP vem adotando diversas medidas de forma a assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços prestados à população atendida, que se tornaram ainda mais essenciais à sociedade. Cabe destacar que a interrupção do abastecimento hídrico por parte de uma empresa de saneamento básico pode comprometer o atendimento das recomendações feitas pela OMS para que todos mantenham bons hábitos de higiene, tal como a lavagem das mãos de forma correta e com mais frequência.

A Companhia implementou várias medidas de prevenção para que seus empregados não sejam expostos a situações de risco, tais como: (i) utilização da prática de home-office particularmente nos setores administrativos e para todos os empregados com mais de 60 anos; (ii) restrição de viagens nacionais e internacionais; (iii) antecipação da campanha de vacinação da gripe e da pneumonia; (iv) fechamento de todas as agências de atendimento ao público, concentrando o atendimento nos canais digitais, para proteger os clientes e empregados; entre outras.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Entre os reflexos econômicos e financeiros da pandemia da COVID-19 destacam-se os seguintes efeitos adversos:

- (i) alta volatilidade cambial e aumento nos custos das novas captações;
- (ii) mudança no mix de volume faturado devido ao aumento na classe residencial e redução nas categorias pública, comercial e industrial que possuem tarifas médias mais elevadas, levando à redução da tarifa média total e, consequentemente, nas receitas com clientes das categorias comercial, industrial e pública, no montante aproximado de R\$ 804,5 milhões de janeiro a dezembro de 2020 (R\$ 215,0 milhões de outubro a dezembro de 2020);
- (iii) postergação do reajuste tarifário de 11 de maio para 15 de agosto de 2020, com impacto líquido estimado de R\$ 37,6 milhões de maio a dezembro de 2020;
- (iv) aumento da inadimplência e da expectativa de aumento nas perdas futuras, por conta da queda na arrecadação dos municípios e aumento dos pedidos de falência, que impactou negativamente as perdas estimadas no montante de R\$ 316,7 milhões comparando o período de janeiro a dezembro de 2020 com janeiro a dezembro de 2019 (R\$ 17,8 milhões comparando o período de outubro a dezembro de 2020 com outubro a dezembro de 2019); e
- (v) isenção do pagamento das contas de água e esgoto dos consumidores das categorias de uso Residencial Social e Residencial Favela em todos os municípios operados no período de 1º de abril até 15 de setembro de 2020, gerando uma redução de R\$ 116,9 milhões de janeiro a setembro de 2020, quando comparadas aos mesmos períodos do ano anterior.

Em contraposição aos efeitos adversos houve efeitos positivos com o aumento na receita com clientes residenciais (exceto categorias social e favela), no montante de R\$ 840,3 milhões de janeiro a dezembro de 2020 (R\$ 249,3 milhões de outubro a dezembro de 2020), e com a postergação do pagamento de 50% da TRCF (Taxa de Regulação, Controle e Fiscalização) do período de maio a dezembro de 2020, para liquidação em 24 parcelas a partir de janeiro de 2021, com efeito de R\$ 24,0 milhões no período de maio a dezembro de 2020.

Diante dos efeitos adversos, a Companhia para preservar a sustentabilidade econômico-financeira promoveu ajustes orçamentários com redução de despesas e realizou, em 27 de abril, 10 de julho e em 15 de dezembro de 2020, a 25ª, 26ª e 27ª emissões de debêntures nos montantes de R\$ 1,45 bilhão, R\$ 1,05 bilhão e R\$ 1,00 bilhão, respectivamente. Realizou também em 7 de dezembro de 2020, a captação de R\$ 0,95 bilhão junto ao BID INVEST. Em 28 de abril de 2020, concluiu a conversão de uma dívida de US\$ 494,6 milhões para R\$ 2.810,9 milhões com o Banco Inter Americano de Desenvolvimento (BID) reduzindo a exposição à variação do dólar norte-americano. Além dessas ações, em 30 de setembro de 2020 a Companhia amortizou antecipadamente o Eurobônus no montante de R\$ 1.910,1 milhões (US\$ 357,8 milhões) com o objetivo de reduzir ainda mais sua exposição cambial e em novembro de 2020 firmou contrato de R\$ 950 milhões com o BID INVEST.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A expectativa da Administração da Companhia é de que as ações concretizadas frente aos impactos mencionados, somadas à incorporação ao fornecimento no varejo de municípios que antes eram atendidos no atacado (Guarulhos, Santo André e Mauá), ao aumento da segurança hídrica devido às obras realizadas e às linhas de créditos contratadas para investimentos, serão suficientes para honrar seus compromissos e não comprometer a continuidade operacional e financeira da Companhia.

Novo Marco Legal do Saneamento

No dia 15 de julho de 2020, foi sancionada pelo presidente da República a Lei Federal nº 14.026/2020, conhecida como Novo Marco Legal para o Saneamento Básico, com 18 vetos. Esses vetos foram apreciados em 17 de março de 2021. A nova lei amplia a concorrência no setor, ao extinguir a figura do contrato de programa.

Adicionalmente, o Novo Marco Legal impõe metas de atendimento de 99% da população atendida com água potável e de 90% com coleta e tratamento de esgotos até 31 de dezembro de 2033, incentivando as operadoras a atuarem com maior eficiência. Também atribuiu a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) a autoridade para editar normas de referência para regular o saneamento com o objetivo de minimizar as incertezas regulatórias, criando, desta forma, um ambiente mais estável e atrativo para investimentos no setor.

Neste novo contexto, a Companhia considera que possui algumas vantagens competitivas: i) possui contratos que já contemplam metas que atendem ou mesmo antecipam àquelas estabelecidas pelo Novo Marco Legal; ii) goza de acesso a capitais públicos e grande exposição ao mercado de capitais privado, favorecendo a manutenção e/ou ampliação de sua base operada; iii) conta com elevado nível de governança; e iv) possui contratos assinados com o poder concedente que asseguram 95% da receita.

Aprovações

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 25 de março de 2021.

2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board – IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia em sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS e os CPCs, exige a utilização de determinadas estimativas contábeis essenciais. Além disso, exige que a Administração exerça seu julgamento no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade ou que as premissas e estimativas sejam significativas às demonstrações financeiras estão descritas na Nota 6.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, contas garantidas e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos e intenção de utilização pela Administração da Companhia em período inferior a três meses.

3.2 Ativos e passivos financeiros

Ativo financeiro - Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Companhia não tinha ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

- Custo amortizado

Incluem-se nessa categoria os ativos financeiros que atendem as seguintes condições: (i) é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço que são classificados como ativos não circulantes. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, caixa restrito, saldos de contas a receber de clientes, saldos com partes relacionadas, outros ativos e saldos a receber da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos ao valor justo e subsequentemente ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva, exceto pelo contas a receber, que é mensurado inicialmente pelo seu preço de transação, pois não contém componentes de financiamentos, e posteriormente mensurado ao custo amortizado.

Passivo financeiro - Classificação

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Incluem-se nessa categoria saldos a pagar para empreiteiros e fornecedores, empréstimos e financiamentos, serviços a pagar, saldos a pagar decorrente de Parceria Público-Privada – PPP e compromissos de contratos de programa.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo honorários, custo da transação e outros custos de emissão) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Avaliação do valor de recuperação dos ativos financeiros (*Impairment*)

Contas a receber

Devido às características do contas a receber da Companhia, sendo elas (i) componente financeiro insignificante; (ii) carteira de recebíveis sem complexidade; e (iii) baixo risco de crédito, adotou-se a abordagem simplificada de perda de crédito esperada, que consiste em reconhecer a perda de crédito esperada pela vida útil total do ativo.

A metodologia de cálculo das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa consistiu em utilizar uma estimativa calculada com base na inadimplência média observada nos últimos 36 meses, por faixa de vencimento, além de estimar a recuperação de créditos vencidos acima de 360 dias, com base no histórico observado nos últimos 3 anos. Também considerou para fins de estimativa, a categoria dos clientes particulares e públicos e segregou o contas a receber entre as contas normais de consumo e os acordos. A Companhia concluiu também que os indicadores macroeconômicos Produto Interno Bruto (PIB), Taxa de Desemprego e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) não tiveram impacto em suas estimativas, pois realizou análises de correlação desses indicadores e seu histórico de inadimplência e não resultou em correlação entre eles.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Depósitos bancários e aplicações financeiras mensuradas pelo custo amortizado

A Companhia analisa as variações nas taxas de investimentos em certificados de depósitos bancários, juntamente com informações de órgãos reguladores sobre as instituições financeiras emissoras. As probabilidades de inadimplência para 12 meses foram baseadas em dados históricos fornecidos por agências de classificação de risco para cada grau de crédito e foram analisadas em termos de sensibilidade com base nos retornos atuais.

Esses depósitos e aplicações financeiras estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.3 Receita operacional

(a) Receita de serviços de saneamento

As receitas da prestação de serviços de fornecimento de água e esgotamento sanitário são reconhecidas por ocasião do consumo de água ou por ocasião da prestação de serviços. As receitas, incluindo receitas não faturadas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos e taxas incidentes sobre as mesmas, abatimentos e descontos. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período e são reconhecidas como contas a receber de clientes com base em estimativas mensais.

As receitas são reconhecidas com base no CPC 47 / IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente, o qual estabelece um modelo de cinco etapas aplicáveis sobre a receita de um contrato com cliente. As receitas são reconhecidas quando: i) identifica os contratos com os clientes; ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; iii) determina o preço da transação; iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos.

(b) Receita de construção

A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 (Contratos de Concessão) e CPC 47 / IFRS 15 (Receita de Contrato com Cliente), à medida que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção do contrato, o ativo é classificado como ativo de contrato, o qual a Companhia estima que o valor justo de sua contraprestação seja equivalente aos custos de construção previstos mais margem. Esta margem adicional é relativa ao trabalho executado pela Companhia sobre os contratos de construção, a qual é adicionada, ao referido custo de construção, resultando na receita de construção.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.4 Contas a receber de clientes e perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelos serviços prestados no curso normal das atividades da Companhia. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, quando são classificadas como não circulantes.

A Companhia constitui perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas, conforme descrito na Nota 3.2.

3.5 Estoques

Os estoques compreendem os materiais destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgoto e são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou o valor de realização e estão classificados no ativo circulante.

3.6 Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são registradas pelo custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, exceto o grupo de terrenos, calculadas pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. Os gastos com reparos e manutenção são contabilizados no resultado quando incorridos.

A Companhia mantém alguns ativos para futuro uso indeterminado, ou seja, não há definição se serão utilizados na operação ou vendidos em curto prazo no curso ordinário do negócio.

3.7 Imobilizado

O imobilizado compreende, principalmente, as instalações administrativas que não integram os ativos objeto dos contratos de concessão. Esses ativos são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou construção menos a depreciação e as perdas por recuperabilidade, quando necessárias. Os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos, efetivamente aplicados nas imobilizações em andamento, são computados como custo do respectivo imobilizado para os ativos qualificáveis, quando aplicável. Ativo qualificável é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para uso ou venda pretendido. A Companhia estabeleceu que este período é superior a 12 meses, considerando o prazo de término das obras, uma vez que a maioria das obras possui prazo médio superior a 12 meses, equivalente a um ano fiscal da Companhia.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo existente ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Os reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A depreciação é calculada de acordo com o método linear e é descrita na Nota 16 (a). Os terrenos não sofrem depreciação.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e perdas sobre alienações são determinados pela diferença entre o valor de venda e o saldo residual contábil e são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais, nas demonstrações dos resultados.

3.8 Intangível

Os ativos intangíveis são demonstrados ao custo de aquisição e/ou construção, incluindo a margem de construção, os juros e demais encargos financeiros capitalizados durante o período de construção, neste último caso, para os ativos qualificáveis quando aplicável. Ativo qualificável é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para uso ou venda pretendido. A Companhia estabeleceu que este período é superior a 12 meses, considerando o prazo de término das obras, uma vez que a maioria das obras possui prazo médio superior a 12 meses, equivalente a um ano fiscal da Companhia.

O ativo intangível tem a sua amortização iniciada quando se torna disponível para uso, em seu local e na condição necessária e a partir do momento que esse ativo entra em operação.

A amortização do ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão ou a vida útil do mesmo.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo estiver totalmente consumido ou baixado, o que ocorrer primeiro.

Doações em bens, recebidas de terceiros e entidades governamentais, para permitir que a Companhia preste serviços de fornecimento de água e esgotamento sanitário não são registrados nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que esses bens pertencem ao poder concedente.

Os recursos financeiros, recebidos como doações, para a construção da infraestrutura são registrados na rubrica "Outras receitas operacionais".

(a) Contratos de concessão/programa/prestação de serviços

A Companhia opera contratos de concessão incluindo a prestação dos serviços de saneamento básico e ambiental, fornecimento de água e esgotamento sanitário, firmados com os poderes concedentes. A infraestrutura utilizada pela SABESP relacionada aos contratos de concessão de serviços é considerada controlada pelo poder concedente quando:

- (i) O poder concedente controla ou regulamenta quais serviços o operador deve fornecer com a infraestrutura, a quem deve fornecê-los e a que preço; e

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) O poder concedente controla a infraestrutura, ou seja, mantém o direito de retomar a infraestrutura no final da concessão.

Os direitos sobre a infraestrutura operada em conformidade com os contratos de concessão são contabilizados como intangível, uma vez que a Companhia tem o direito de cobrar pelo uso dos ativos de infraestrutura e os usuários (consumidores) têm a responsabilidade principal de pagar pelos serviços.

O valor justo de construção e outros trabalhos na infraestrutura é reconhecido como receita, pelo seu valor justo, quando a infraestrutura é construída, desde que se espere que este trabalho gere benefícios econômicos futuros. A política contábil do reconhecimento de receita de construção está descrita na Nota 3.3 (b).

Ativos intangíveis relacionados às concessões, nos casos em que não há direito de receber o saldo residual do ativo no final do contrato, são amortizados pelo método linear de acordo com o período do contrato ou vida útil do ativo subjacente, o que ocorrer primeiro.

Os investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, nos casos em que há direito de receber o saldo residual do ativo no final do contrato, deverão ser indenizados pelo poder concedente, com caixa ou equivalentes de caixa ou ainda, em geral com a prorrogação do contrato. Estes investimentos são amortizados pela vida útil do ativo.

Os detalhes referentes à amortização do intangível estão descritos na Nota 15 (c).

A Lei nº 11.445/2007 indica que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, sempre que possível, mediante remuneração pela cobrança dos serviços, sendo preferencialmente na forma de tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente. Desta forma, os investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, no prazo original do contrato, são mantidos como ativo intangível, amortizados pela vida útil do ativo, considerando o sólido histórico de renovação de concessões e, portanto, da continuidade da prestação de serviços. Apesar da Lei nº 14.026/2020, novo marco legal do saneamento, ter sido aprovada pelo Presidente da República com veto sobre a renovação de contratos de programa, esses vetos ainda não haviam sido votados até 31 de dezembro de 2020, por este motivo a Companhia manteve no ativo intangível seus investimentos feitos nas concessões.

(b) Licenças de uso de software

As licenças de uso de software são capitalizadas com base nos custos de aquisição e demais custos de implementação. As amortizações são registradas de acordo com a vida útil e os gastos associados à sua manutenção são reconhecidos como despesas, quando incorridos.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.9 Avaliação do valor de recuperação dos ativos não financeiros (*impairment*)

Imobilizado, intangível e outros ativos não circulantes com vida útil definida são revistos anualmente com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A Companhia não possui ativos com vida útil indefinida e avaliou que não há indicativo de perda por *impairment* amparada, principalmente pela Lei nº 14.026/2020, que garante que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, por meio da tarifa ou via indenização.

3.10 Empreiteiros e fornecedores

As contas a pagar aos empreiteiros e fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário dos negócios e estão reconhecidas inicialmente ao valor justo, que em geral corresponde ao valor da fatura e subsequentemente ao custo amortizado, sendo classificadas como passivos circulantes, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, sendo apresentadas neste caso, como passivo não circulante.

3.11 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação e são apresentados pelo custo amortizado, conforme Nota 17. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os títulos emitidos pela Companhia não são conversíveis em ações e são contabilizados como empréstimos.

3.12 Custos de empréstimos

Custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demandam um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda são capitalizados como parte do custo destes ativos. Os demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos são juros e outros encargos nos quais a Companhia incorre e são oriundos dos contratos de empréstimos, incluindo variação cambial.

A capitalização ocorre durante o período de construção do ativo, considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização.

Para casos de empréstimos ou financiamentos em moeda estrangeira, a Companhia os analisa como se fossem tomados em moeda nacional, limitando a capitalização de juros e/ou variação cambial pelo montante que seria capitalizado se os mesmos fossem feitos no mercado local em linhas de empréstimos e financiamento similares.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.13 Salários, encargos e contribuições sociais

Os salários, férias, 13º salário, participação nos resultados e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos e contribuições sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

O programa de participação nos resultados para os empregados é baseado em metas operacionais e financeiras, sendo reconhecida uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*), estando contabilizada como custo operacional, despesas de vendas, administrativas ou capitalizadas no ativo.

3.14 Provisões, obrigações legais, depósitos judiciais e ativos contingentes

As provisões relativas às ações judiciais são reconhecidas quando: i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação; e iii) o valor possa ser estimado de forma confiável. Se houver diversas obrigações semelhantes, a probabilidade de uma saída de recursos ser exigida para a liquidação é determinada ao se considerar a natureza das obrigações como um todo.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos que se esperam ser exigidos para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, a provisão é demonstrada líquida dos depósitos judiciais, embasados no direito legal de compensação. Os depósitos judiciais não vinculados às obrigações relacionadas são registrados no ativo não circulante. Os depósitos judiciais são corrigidos pelos índices estabelecidos pelas autoridades competentes.

A Companhia não reconhece passivos contingentes nas demonstrações financeiras por não esperar que saídas de recursos sejam requeridas ou quando o montante da obrigação não possa ser mensurado com suficiente confiabilidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente nas demonstrações financeiras.

3.15 Gastos ambientais

Gastos relacionados a programas ambientais contínuos são registrados como despesa no resultado do exercício, quando da existência do fato gerador. Os programas contínuos são elaborados para minimizar o impacto ambiental causado pelas operações e para a gestão dos riscos ambientais relacionados às atividades da Companhia.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.16 Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. A Companhia avalia periodicamente, as posições assumidas nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade, sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; entretanto, não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando as alíquotas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e que se espera sejam aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária.

3.17 Tributos sobre receitas

As receitas de serviços de saneamento estão sujeitas à incidência do Pasep – Programa Formador do Patrimônio do Servidor Público e da Cofins – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, calculadas pelas alíquotas de 1,65% e 7,60%, respectivamente.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Adicionalmente, as receitas de serviços de saneamento também estão sujeitas à incidência da TRCF – Taxa de Regulação, Controle e Fiscalização, que tem como fato gerador o desempenho da atividade de regulação, controle e fiscalização da ARSESP, calculada a taxa de 0,50% do faturamento anual diretamente obtido com a prestação do serviço, subtraídos os valores dos tributos incidentes sobre o mesmo.

Os tributos referentes a Pasep e Cofins incidentes sobre os valores faturados às entidades públicas são devidos quando as faturas são recebidas.

Esses tributos são apurados pelo regime da não cumulatividade, sendo apresentados líquidos dos créditos correspondentes, como deduções da receita bruta. Os débitos apurados sobre “outras receitas operacionais” e sobre “receitas financeiras” são apresentados líquidos nas próprias linhas da demonstração do resultado.

3.18 Plano de previdência privada

(a) Benefício definido

A Companhia faz contribuição, em bases contratuais, ao plano de benefício previdenciário por ela patrocinado, na modalidade benefício definido. As contribuições regulares compreendem os custos líquidos do custeio administrativo e são registradas no resultado do período em que são devidas.

O passivo relacionado aos planos de pensão está representado pelo valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. As obrigações de benefícios definidos (G1), bem como do plano de complementação de aposentadoria e pensão (G0) são calculadas anualmente por atuários independentes, usando o método de crédito unitário projetado. A estimativa de saída futura de caixa é descontada ao seu valor presente, usando as taxas de juros de títulos públicos cujos prazos de vencimento se aproximam dos prazos do passivo relacionado.

Com relação aos ganhos e perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são registrados diretamente no patrimônio líquido, como ajuste de avaliação patrimonial (AAP), de forma que o ativo ou passivo líquido do plano seja reconhecido no balanço patrimonial para refletir o valor integral do déficit ou superávit do plano.

Quando ocorre uma redução ou liquidação do plano, a qual se relaciona apenas a alguns empregados do plano, ou quando apenas parte da obrigação é liquidada, o ganho ou a perda inclui uma parcela proporcional do custo do serviço passado e dos ganhos e das perdas atuariais. A parcela proporcional é determinada com base no valor presente das obrigações antes e após a redução ou a liquidação.

(b) Contribuição definida

A Companhia faz contribuição, em bases contratuais, ao plano de benefício previdenciário por ela patrocinado, na modalidade contribuição definida, que provê a seus empregados benefícios pós-emprego, no qual a Companhia faz contribuições paritárias aos empregados, nos limites fixados em regulamento. Neste modelo os benefícios pagos possuem relação direta com o valor aportado, não havendo déficits a serem cobertos pela Companhia.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.19 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são substancialmente representadas por juros e atualizações monetárias, resultantes de aplicações financeiras, depósitos judiciais e acordos de parcelamento com clientes, e são calculadas usando o método de taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras referem-se a juros, atualizações monetárias e variações cambiais decorrentes principalmente de empréstimos, financiamentos, provisões, parceria público privada e compromissos contratos de programa e são calculadas usando o método de taxa efetiva de juros.

As variações monetárias ativas ou passivas são decorrentes da cobrança ou pagamento a terceiros, conforme requerido por contrato, por lei ou por decisão judicial, reconhecidas pelo regime de competência *pro rata temporis*, sendo que as variações monetárias incluídas nos contratos não são consideradas como derivativos embutidos, pois são considerados como índices de correção para o ambiente econômico da Companhia.

3.20 Arrendamento mercantil

Os arrendamentos mercantis são reconhecidos pelo valor presente das obrigações contratuais, apresentados no ativo como Direito de Uso (nota 15 (j)) e no passivo como Arrendamentos (nota 17 (b)), exceto os contratos de curto prazo (12 meses ou menos) e/ou de baixo valor (abaixo de US\$ 5), que são reconhecidos como despesa quando incorridos.

3.21 Outros ativos e outras obrigações circulantes e não circulantes

Os outros ativos são registrados ao custo de aquisição, reduzidos de perdas para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. As outras obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros.

3.22 Dividendos e juros sobre o capital próprio

A Companhia utiliza o benefício fiscal da distribuição de dividendos na forma de juros sobre o capital próprio, como permitido por lei e com base no Estatuto Social. Os juros são contabilizados de acordo com as disposições contidas na Lei nº 9.249/1995, para efeito de dedutibilidade, limitados à variação pró-rata dia das taxas de juros de longo prazo – TJLP. O benefício atribuído aos acionistas é registrado no passivo circulante com contrapartida no Patrimônio Líquido. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral, exceto pelos tributos incidentes na distribuição dos juros sobre o capital próprio. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é apropriado ao resultado do exercício, na mesma competência do reconhecimento das despesas.

3.23 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos financeiros decorrentes de operação de longo prazo ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado da data da transação.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.24 Demonstração do valor adicionado (DVA)

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, como informação suplementar às demonstrações financeiras para fins de IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. A primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas, pelos insumos adquiridos de terceiros e pelas retenções, e a riqueza recebida em transferência, representada pelo resultado de equivalência patrimonial e pelas receitas financeiras. A segunda parte apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.25 Apresentação de relatórios por segmento

Os segmentos operacionais são determinados de forma consistente com os relatórios internos do tomador de decisões, isto é, a Administração da Companhia, composta pelo Conselho de Administração e Diretoria Colegiada, em relação à tomada de decisões estratégicas, alocação de recursos e avaliação do desempenho.

Consequentemente, a Companhia determinou que possui um segmento operacional que é o de prestação de serviços de saneamento.

As políticas contábeis utilizadas para determinar as informações por segmento são as mesmas utilizadas para preparar as demonstrações financeiras.

A mensuração do resultado por segmento é o lucro operacional antes de outras despesas operacionais, líquidas e equivalência patrimonial, que exclui a receita e custos de construção.

A Administração da Companhia analisa as informações de ativos e passivos de forma consolidada. Consequentemente, não são divulgadas informações sobre ativos e passivos de forma segregada.

Substancialmente, todos os ativos não circulantes e as receitas geradas pelos clientes estão localizados no Estado de São Paulo. Consequentemente, não são divulgadas informações financeiras por área geográfica.

3.26 Conversão de saldos em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que a entidade atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é também a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Conversão de moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os empréstimos e financiamentos que estão relacionados aos ativos imobilizados ou intangíveis em andamento, sendo que as perdas cambiais são reconhecidas em contrapartida do próprio ativo enquanto estiver em andamento, conforme descrito na Nota 3.12.

4 Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

4.1 Novas normas, alterações e interpretações de normas que entraram em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020

Novas normas e revisões

Norma	Descrição	Impacto
Alterações ao CPC 15 (R1) / IFRS 3 – Definição de Negócios	Esclarece que ainda que os negócios normalmente apresentem outputs (“produtos”), os produtos não são necessários para um conjunto integrado de atividades e ativos para se qualificarem como negócios. Para serem considerados como um negócio, um conjunto adquirido de atividades e ativos deve incluir no mínimo um insumo e um processo substantivo que em conjunto contribuem significativamente para a capacidade de criar produtos.	A aplicação dessa alteração não trouxe impactos nas divulgações ou montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras anuais.
Alterações ao CPC 26 (R1) / IAS 1 e CPC 23 / IAS 8 – Definição de Material	O objetivo das alterações é facilitar o entendimento da definição de material no CPC 26 / IAS 1 e não o de alterar o conceito subjacente de materialidade nas Normas do IFRS. O conceito de “ocultação” de informações materiais com informações imateriais foi incluído como parte da nova definição.	A aplicação dessas alterações não trouxe impactos nas divulgações ou montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras anuais.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.2 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

A Companhia não adotou de forma antecipada e está avaliando os impactos nas divulgações ou montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras referentes às IFRSs novas e revisadas a seguir:

Norma	Descrição	Impacto
IFRS 17 – Contratos de Seguro ²	Estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro. A IFRS 17 substituirá o CPC 11 / IFRS 4 Contratos de Seguro.	A Companhia não espera efeitos oriundos desta norma.
Alterações ao CPC 36 (R3) / IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) / IAS 28 – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou <i>Joint Venture</i> ³	Tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture.	A Companhia está avaliando os impactos e efeitos das alterações, porém não espera efeitos oriundos das alterações.
Alterações ao CPC 26 (R1) / IAS 1 – Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes ²	Estas alterações ao CPC 26 (R1) / IAS 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens. Adicionalmente, esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo e introduzem a definição de 'liquidação' para esclarecer que a liquidação se refere à transferência, para uma contraparte; um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.	A Companhia não espera efeitos oriundos desta norma.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Norma	Descrição	Impacto
Alterações ao CPC 15 (R1) / IFRS 3 – Referência à Estrutura Conceitual ¹	As alterações atualizam o CPC 15 (R1) / IFRS 3 de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura de 1989. Elas também incluem no CPC 15 (R1) / IFRS 3 a exigência de que, para obrigações dentro do escopo do CPC 25 / IAS 37, o comprador aplica esta norma para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo da ICPC 19 / IFRIC 21 – Tributos, o comprador aplica a ICPC 19 para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição. Por fim, as alterações acrescentam uma declaração explícita de que o comprador não reconhece ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios.	A Companhia não espera efeitos oriundos desta norma.
Alterações ao CPC 27 / IAS 16 – Recursos Antes do Uso Pretendido ¹	<p>As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, ou seja, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Companhia. Consequentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondentes custos no resultado e mensura os custos desses itens de acordo com o CPC 16 (R1) / IAS 2 - Estoques.</p> <p>As alterações ainda esclarecem o significado de “testar se um ativo está funcionando adequadamente”. Atualmente, o CPC 27 / IAS 16 determina isso como avaliar se o desempenho técnico e físico do ativo é tal que o mesmo possa ser usado na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguel para terceiros, ou para fins administrativos. Caso não sejam apresentados separadamente na demonstração do resultado abrangente, as demonstrações financeiras devem divulgar os valores dos recursos e custos incluídos no resultado correspondentes aos itens produzidos que não sejam um produto das atividades ordinárias da entidade, e</p>	A Companhia não espera efeitos oriundos desta norma.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Norma	Descrição	Impacto
	quais rubricas na demonstração do resultado abrangente incluem esses recursos e custos.	
Alterações ao CPC 25 (R1) / IAS 37 – Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato ¹	<p>As alterações especificam que o “custo de cumprimento” do contrato compreende os custos diretamente relacionados ao contrato, sendo estes os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato).</p> <p>Estas alterações são aplicáveis a contratos para os quais a entidade ainda não cumpriu todas as suas obrigações no início do período anual no qual a entidade aplica as alterações pela primeira vez. Os números comparativos não são reapresentados. Ao invés disso, a entidade deve reconhecer o efeito acumulado da adoção inicial das alterações como ajuste do saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) na data de adoção inicial.</p>	A Companhia não espera efeitos oriundos desta norma.
Melhorias anuais às IFRSs: Ciclo 2018-2020 incluem alterações em quatro normas: CPC 37 (R1) / IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade ¹ , CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros ¹ , CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos e CPC 29 / IAS 41 – Ativo	<ul style="list-style-type: none">• CPC 37 (R1) / IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade - prevê medida adicional para uma controlada que se torna adotante inicial depois da sua controladora com relação à contabilização de diferenças acumuladas de conversão.• CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros - esclarece que ao aplicar o teste de “10%” para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos pela entidade ou credor em nome da outra parte.• CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos – esta alteração exclui o exemplo de reembolso de	A Companhia não espera efeitos oriundos destas alterações.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Norma	Descrição	Impacto
Biológico e Produto Agrícola ¹	benfeitorias em imóveis de terceiros. Uma vez que a alteração constitui apenas um exemplo ilustrativo, nenhuma data de vigência é definida. <ul style="list-style-type: none">• CPC 29 / IAS 41 – Ativo Biológico e Produto Agrícola – a alteração exclui a exigência para as entidades em excluir os fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo.	

1 Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022.

2 Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

3 A data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgados pela Companhia em suas demonstrações financeiras.

5 Gestão de risco

5.1 Gestão de Risco Financeiro

Fatores de risco financeiro

As operações da Companhia são afetadas pela conjuntura econômica brasileira, expondo-a a risco de mercado (taxa de câmbio e taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco financeiro se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

A Companhia não utilizou instrumentos derivativos em nenhum dos períodos apresentados.

(a) Risco de mercado

Risco cambial

A exposição cambial implica riscos de mercado associados às oscilações cambiais, uma vez que a Companhia possui passivos em moeda estrangeira, decorrente de captações de longo prazo, em instituições de fomento, a taxas de juros mais baixas, sendo tais financiamentos em dólares norte-americanos e em iene.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A administração da exposição cambial considera diversos fatores econômicos atuais e projetados, além das condições de mercado.

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e, consequentemente, as despesas financeiras. A Companhia não mantém operações de *hedge* ou *swap* e também não possui qualquer instrumento financeiro derivativo para proteção contra tal risco.

Parte significativa da dívida financeira no valor total de R\$ 3.563.170 em 31 de dezembro 2020 (em 31 de dezembro de 2019 – R\$ 6.382.009), está atrelada ao dólar norte-americano e ao iene. A exposição ao risco cambial é assim composta:

	31 de dezembro de 2020		31 de dezembro de 2019	
	Moeda estrangeira	R\$	Moeda estrangeira	R\$
Empréstimos e financiamentos – US\$	167.479	870.338	1.051.881	4.239.817
Empréstimos e financiamentos – Iene	52.969.560	2.671.255	56.452.885	2.097.225
Juros e encargos de empréstimos e financiamentos – US\$		5.540		32.242
Juros e encargos de empréstimos e financiamentos – Iene		16.037		12.725
Total da exposição		3.563.170		6.382.009
Custo de captação – US\$		(12.342)		(20.173)
Custo de captação – Iene		(2.966)		(3.038)
Total dos empréstimos em moeda estrangeira (Nota 17)		3.547.862		6.358.798

O decréscimo de 44,2% no saldo da dívida em moeda estrangeira de 31 de dezembro de 2019 para 31 de dezembro de 2020 é resultado da gestão do risco cambial efetuado pela Companhia no ano de 2020, diante do cenário de incertezas, e foi impactado principalmente pelos seguintes fatores:

- Troca de moeda estrangeira para moeda nacional do contrato BID 2202 no montante de R\$ 2.810.907 (US\$ 494.617 mil);
- Amortização final do Eurobônus no montante de R\$ 1.910.124 (US\$ 357.763 mil), referente ao valor principal mais os juros e encargos.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O decréscimo foi parcialmente compensado pela valorização do dólar e iene frente ao real, conforme quadro a seguir:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	Variação
US\$	R\$ 5,1967	R\$ 4,0307	28,9%
Iene	R\$ 0,05043	R\$ 0,03715	35,7%

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi registrado no passivo o montante de R\$ 2.247.544 (em 31 de dezembro de 2019 – R\$ 288.678) relativo à variação cambial dos contratos de empréstimos e financiamentos. Em 31 de dezembro de 2020, caso o real tivesse se valorizado ou desvalorizado em 10 pontos percentuais, além dos impactos já mencionados acima, em comparação com o dólar e o iene, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no resultado antes dos impostos para o exercício teria sido de R\$ 356.317 (em 31 de dezembro de 2019 – R\$ 638.201), para mais ou para menos, principalmente como resultado dos ganhos ou perdas cambiais com a conversão de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

O cenário I, a seguir, apresenta o efeito no resultado para os próximos 12 meses considerando a projeção do dólar e do iene. No cenário II e no cenário III estão demonstrados, com todas as outras variáveis mantidas constantes, os impactos para os próximos 12 meses, de uma possível desvalorização do real em 25% e 50%, respectivamente.

A Companhia entende que os cenários de 25% e 50% são razoáveis dada a instabilidade do real frente ao dólar norte americano e ao iene. A desvalorização ocorrida no ano de 2020 foi de 28,9% e 35,7%, respectivamente.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Cenário I (Provável)	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)
	(*)		
Exposição cambial líquida em 31 de dezembro de 2020 em US\$ - Passiva	167.479	167.479	167.479
Taxa do US\$ em 31 de dezembro de 2020	5,1967	5,1967	5,1967
Taxa cambial estimada conforme cenário	5,0000	6,2500	7,5000
Diferença entre as taxas	0,1967	(1,0533)	(2,3033)
Efeito no resultado financeiro líquido em R\$ - ganho/(perda)	32.943	(176.406)	(385.754)
Exposição cambial líquida em 31 de dezembro de 2020 em iene - Passiva	52.969.560	52.969.560	52.969.560
Taxa do iene em 31 de dezembro de 2020	0,05043	0,05043	0,05043
Taxa cambial estimada conforme cenário	0,05125	0,06406	0,07687
Diferença entre as taxas	(0,00082)	(0,01363)	(0,02644)
Efeito no resultado financeiro líquido em R\$ - ganho/(perda)	(43.435)	(721.975)	(1.400.515)
Total do efeito incremental no resultado financeiro líquido em R\$ - ganho/(perda)	(10.492)	(898.381)	(1.786.269)

(*) Para o cenário provável em dólar, foi utilizada a taxa de câmbio projetada para 31 de dezembro de 2021, conforme relatório Focus-BACEN de 31 de dezembro de 2020. Para o iene foi utilizada a taxa de câmbio projetada para 31 de dezembro de 2021, conforme relatório de Taxas Referenciais da B3 de 31 de dezembro de 2020.

Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas em função de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas.

A tabela a seguir mostra os empréstimos e financiamentos sujeitos à taxa de juros variável:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
CDI (i)	7.836.988	1.866.755
TR (ii)	1.619.416	1.675.203
IPCA (iii)	2.176.547	1.366.134
TJLP (iv)	1.517.657	1.381.342
LIBOR (v)	870.337	2.829.073
Juros e encargos	164.439	105.667
Total	14.185.384	9.224.174

- (i) CDI - Certificado de Depósito Interbancário
- (ii) TR – Taxa Referencial de Juros
- (iii) IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
- (iv) TJLP - Taxa de Juros a Longo Prazo
- (v) LIBOR - London Interbank Offered Rate

Outro risco que a Companhia enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das receitas de seus serviços. Os reajustes tarifários dos serviços prestados não necessariamente acompanham os aumentos dos índices de correção dos empréstimos, financiamentos e taxas de juros que afetam as dívidas.

Em 31 de dezembro de 2020, se as taxas de juros sobre os empréstimos variassem 1 ponto percentual para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no resultado do exercício antes dos impostos teria sido de R\$ 141.854 (em 31 de dezembro de 2019 – R\$ 92.242) para mais ou para menos, principalmente em decorrência de despesas de juros mais baixas ou mais altas nos empréstimos de taxa variável.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado ao caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras, bem como às exposições de crédito de clientes, incluindo contas a receber, caixa restrito e saldos com partes relacionadas. Os riscos de crédito com clientes são atenuados pela venda a uma base pulverizada.

A exposição máxima ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2020 é o valor contábil dos títulos classificados como caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, caixa restrito, contas a receber de clientes e saldos com partes relacionadas na data do balanço. Vide Notas 7, 8, 9, 10 e 11.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Com relação aos ativos financeiros mantidos junto a instituições financeiras, a qualidade do crédito foi avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das instituições financeiras. Para a qualidade de crédito das instituições financeiras, como depósitos e aplicações financeiras, a Companhia avalia o *rating* divulgado pelas três principais agências internacionais (Fitch, Moody's e S&P), conforme abaixo:

Instituições financeiras	Fitch	Moody's	Standard Poor's
Banco do Brasil S/A	AA(bra)	Aa1.br	-
Banco Santander Brasil S/A	-	Aaa.br	brAAA
Caixa Econômica Federal	AA(bra)	Aa1.br	brAAA
Banco Bradesco S/A	AAA(bra)	Aa1.br	brAAA
Banco Itaú Unibanco S/A	AAA(bra)	Aa1.br	brAAA
Banco BV	-	Aa3.br	brAAA
Banco BTG Pactual S/A	AA(bra)	Aa2.br	brAA+

O quadro a seguir apresenta a avaliação de *rating* divulgado pela agência Fitch, para transações de depósitos e aplicações financeiras em moeda local (R\$ - *rating* nacional):

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras		
AA(bra)	2.662.685	2.193.725
AAA(bra)	891.243	41.992
Outros (*)	253.619	17.493
	<u>3.807.547</u>	<u>2.253.210</u>

(*) Foram incluídas nesta categoria contas correntes e fundos de investimento em bancos cujos saldos não eram relevantes em 2019. Em 2020 está reconhecido o montante de R\$ 253.066 referente ao Banco BV, que não possui classificação.

(c) Risco de liquidez

A liquidez depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais e pelos empréstimos e financiamentos captados nos mercados internacional e local, bem como o pagamento das dívidas. A gestão desse risco considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia disponha de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os recursos mantidos são investidos em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros, por faixas de vencimento, incluindo as parcelas de principal e juros futuros a serem pagos de acordo com as cláusulas contratuais. Para os contratos com taxa de juros pós-fixada, foram utilizadas as taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2020.

	2021	2022	2023	2024	2025	2026 em diante	Total
Em 31 de dezembro de 2020							
Passivo							
Empréstimos e financiamentos	3.439.199	1.994.506	2.019.520	2.177.923	1.672.201	9.828.487	21.131.836
Empreiteiros e fornecedores	263.741	-	-	-	-	-	263.741
Serviços a pagar	453.750	-	-	-	-	-	453.750
Parceria Público-Privada – PPP	404.800	405.132	405.444	350.342	333.148	4.256.084	6.154.950
Compromissos Contrato de Programa	163.798	33.287	33.287	1.045	1.045	13.133	245.595

Cross default

A Companhia possui contratos de empréstimos e de financiamentos com cláusulas de *cross default*, ou seja, a decretação do vencimento antecipado de quaisquer dívidas, pelo credor, poderá implicar o vencimento antecipado desses contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas, sendo que os mais restritivos estão demonstrados na Nota 17 (c).

(d) Análise de sensibilidade para o risco de taxa de juros

O quadro a seguir exemplifica a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, elaborados de acordo com o CPC 40. O objetivo é demonstrar os saldos dos principais ativos e passivos financeiros, calculados a uma taxa projetada para o período de doze meses, após a data de 31 de dezembro de 2020 ou até a data de liquidação final de cada contrato, o que for menor, considerando um cenário provável (Cenário I), com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros, considerando todos os demais indicadores de mercado constantes. Tais valores quando de sua liquidação poderão ser diferentes dos demonstrados, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31 de dezembro de 2020				
Indicadores	Exposição	Cenário I (Provável) (i)	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Ativo				
CDI	3.778.252	3,0000%(*)	3,7500%	4,5000%
Receita financeira		113.348	141.684	170.021
Passivo				
CDI	(7.836.988)	3,0000%(*)	3,7500%	4,5000%
Juros a incorrer		(235.110)	(293.887)	(352.664)
Exposição líquida - CDI	(4.058.736)	(121.762)	(152.203)	(182.643)
Passivo				
TR	(1.619.416)	0,0001%(***)	0,0001%	0,0002%
Despesa a incorrer		(2)	(2)	(3)
IPCA	(2.176.547)	3,3200%(*)	4,1500%	4,9800%
Despesa a incorrer		(72.261)	(90.327)	(108.392)
TJLP	(1.517.657)	4,5500%(*)	5,6875%	6,8250%
Juros a incorrer		(69.053)	(86.317)	(103.580)
LIBOR	(870.337)	0,1900%(**)	0,2375%	0,2850%
Juros a incorrer		(1.654)	(2.067)	(2.480)
Despesas totais líquidas a incorrer		(264.732)	(330.916)	(397.098)

(*) Fonte dos índices: CDI e IPCA (Relatório Focus-BACEN de 31 de dezembro de 2020) e TJLP cotação de 31 de dezembro de 2020 (BACEN).

(**) Fonte do índice: Bloomberg.

(***) Fonte do índice: B3.

(i) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para o período de 12 meses após a data de 31 de dezembro de 2020 ou até a data dos vencimentos dos contratos, o que for menor.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5.2 Gestão de capital

Os objetivos ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para aumentar seus investimentos em infraestrutura, oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

O capital é monitorado com base no índice de alavancagem financeira, o qual corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total (capital próprio mais capital de terceiros). A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraídos do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida, conforme demonstrado no balanço patrimonial.

	<u>31 de dezembro de 2020</u>	<u>31 de dezembro de 2019</u>
Total de empréstimos e financiamentos (Nota 17)	17.258.624	13.244.709
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(396.401)	(2.253.210)
(-) Aplicações financeiras (Nota 8)	<u>(3.411.146)</u>	<u>-</u>
Dívida líquida	13.451.077	10.991.499
Total do Patrimônio Líquido	<u>22.793.704</u>	<u>21.635.783</u>
Capital total (capital próprio mais capital de terceiros)	<u>36.244.781</u>	<u>32.627.282</u>
Índice de alavancagem	<u>37%</u>	<u>34%</u>

Em 31 de dezembro de 2020, o índice de alavancagem atingiu 37% em comparação aos 34% de 31 de dezembro de 2019, principalmente pelo acréscimo na dívida líquida decorrente de novas captações de empréstimos e financiamentos, bem como pela desvalorização do real frente ao iene e ao dólar que impactaram os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

5.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes (circulante) e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos, tendo em vista o curto prazo de vencimento. As contas a receber de clientes de longo prazo também estão próximas dos seus valores justos, pois sofrerão correção e/ou juros contratuais no decorrer do tempo.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5.4 Instrumentos financeiros

A Companhia não tinha ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. Os instrumentos financeiros incluídos na categoria de custo amortizado compreendem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, caixa restrito, os saldos a receber de clientes, saldos com partes relacionadas, outros ativos e saldos a receber da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA, saldos a pagar com empreiteiros e fornecedores, empréstimos e financiamentos, serviços a pagar, saldos a pagar decorrentes de Parcerias Público-Privada – PPPs e compromissos de contratos de programa, que são ativos e passivos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo, exceto pelos equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Os valores justos estimados dos instrumentos financeiros são os seguintes:

Ativos Financeiros

	31 de dezembro de 2020		31 de dezembro de 2019	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	396.401	396.401	2.253.210	2.253.210
Aplicações financeiras	3.411.146	3.411.146	-	-
Caixa restrito	35.742	35.742	26.018	26.018
Contas a receber de clientes	2.450.986	2.450.986	2.353.027	2.353.027
ANA	26.463	26.463	32.466	32.466
Outros ativos	246.110	246.110	194.178	194.178

Adicionalmente, a SABESP possui instrumentos financeiros ativos a receber de partes relacionadas, cujo saldo contábil em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 806.645 (R\$ 850.896 em 31 de dezembro de 2019), os quais foram apurados de acordo com condições negociadas entre as partes relacionadas. As condições e informações adicionais referentes a estes instrumentos financeiros estão divulgadas na Nota 11. Parte deste saldo, no montante de R\$ 732.391 (R\$ 747.579 em 31 de dezembro de 2019), refere-se a reembolso de complementação de aposentadoria e pensão - G0, indexado pelo IPCA mais juros simples de 0,5% ao mês. Esta taxa de juros se aproximava àquela praticada por títulos públicos federais (NTN-b), na data da transação, com prazo semelhante aos prazos das transações com partes relacionadas.

O acordo realizado com o município de Mauá foi classificado considerando a categoria de valor justo de Nível 3, devido ao fato desta transação não ser observável em condições de mercado, ou seja, os inputs não foram baseados em dados de mercado. Todas as transações recorrentes e não recorrentes realizadas pela Companhia, quando classificadas no Nível 3, são avaliadas por sua Controladoria, de forma a analisar os dados não observáveis e eventuais ajustes de avaliação.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivos Financeiros

	31 de dezembro de 2020		31 de dezembro de 2019	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e financiamentos	17.258.624	17.702.649	13.244.709	13.937.611
Empreiteiros e fornecedores	263.741	263.741	369.631	369.631
Serviços a pagar	453.750	453.750	474.078	474.078
Compromisso Contratos de Programa	231.480	231.480	377.253	377.253
Parceria Público-Privada - PPP	3.175.273	3.175.273	3.293.980	3.293.980

Para a obtenção dos valores justos dos empréstimos e financiamentos, foram adotados os seguintes critérios:

- (i) Os contratos com a CEF foram projetados até os seus vencimentos finais, à taxa média de juros acrescidas da TR x DI e ao prazo médio contratual, foram descontados a valor presente por uma taxa de captação específica para a Companhia em contratos similares, acrescidas da TR x DI, na data de encerramento das demonstrações financeiras. As taxas TR x DI foram obtidas na B3.
- (ii) As debêntures foram projetadas até a data de vencimento final de acordo com as taxas contratuais (IPCA, DI, TJLP ou TR), descontados a valor presente às taxas de mercado futuro de juros, divulgados pela ANBIMA no mercado secundário, ou pelas taxas equivalentes de mercado, ou dos títulos da Companhia negociados no mercado nacional.
- (iii) Financiamentos – BNDES são instrumentos considerados pelo valor nominal atualizado até a data de vencimento, que possuem como característica a indexação pela TJLP.

Esses financiamentos reúnem características próprias e as condições definidas nos contratos de financiamento do BNDES, entre partes independentes, e refletem as condições para aqueles tipos de financiamentos. No Brasil, não há um mercado consolidado de dívidas de longo prazo com as características dos financiamentos do BNDES, sendo que a oferta de crédito às entidades em geral, com essa característica de longo prazo, normalmente está limitada ao BNDES.

- (iv) Os outros financiamentos em moeda nacional são considerados pelo valor nominal atualizado até a data de vencimento, descontados a valor presente às taxas de mercado futuro de juros. As taxas futuras utilizadas foram obtidas no site da B3.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (v) Os contratos com o BID e BIRD, foram projetados até o vencimento final em moeda de origem, utilizando as taxas de juros contratadas + a taxa futura da Libor, sendo descontados a valor presente utilizando curva cupom cambial, obtida na B3, adicionada da LFT futura, divulgada pela ANBIMA no mercado secundário. Todos os valores obtidos foram convertidos em reais à taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2020.
- (vi) Os contratos com a JICA foram projetados até o vencimento final em moeda de origem, utilizando as taxas de juros contratadas, convertidos para a moeda dólar e descontados a valor presente utilizando a curva cupom cambial, obtida na B3, adicionada da LFT futura, divulgada pela ANBIMA no mercado secundário. Os valores obtidos foram convertidos em reais utilizando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2020.
- (vii) Arrendamento mercantil e arrendamento mercantil IFRS 16 são instrumentos considerados pelo valor nominal atualizado até a data de vencimento, que possuem como característica a indexação por uma taxa pré-fixada em contrato. Sendo assim, a Companhia divulga como valor de mercado o montante contabilizado em 31 de dezembro de 2020.

Os instrumentos financeiros referentes às aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos, estão classificados como Nível 2, na hierarquia de valor justo.

Considerando a natureza dos demais instrumentos financeiros, ativos e passivos, os saldos reconhecidos no balanço patrimonial se aproximam dos valores justos, exceto quanto aos empréstimos e financiamentos, considerando os prazos de vencimentos próximos à data do balanço, comparação das taxas de juros contratuais com as taxas de mercado em operações similares nas datas de encerramento dos exercícios, sua natureza e prazos de vencimento.

6 Principais julgamentos e estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos (exceto aqueles que envolvem estimativas) que tenham um impacto significativo sobre os valores reconhecidos com base na experiência e outros fatores considerados relevantes, as quais afetam os valores de ativos e passivos e que podem apresentar resultados diferentes dos resultados reais.

A Companhia estabelece estimativas e premissas referentes ao futuro, que são revisadas tempestivamente. Tais estimativas contábeis, por definição, podem diferir dos resultados reais. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

6.1 Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis

A Companhia avaliou as principais políticas contábeis que envolvem julgamentos, exceto aqueles que envolvem estimativas, e concluiu que não possui nenhuma com efeito significativo.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6.2 Principais fontes de incertezas nas estimativas

As áreas que requerem maior nível de julgamento e maior complexidade, bem como as quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas a seguir:

(a) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

A Companhia registra as perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis (vide Nota 10 (c)), com base na análise do contas a receber de clientes e de acordo com a política contábil estabelecida nas Notas 3.2 e 3.4.

A metodologia para determinar tais perdas exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores entre os quais a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, vencimento da carteira de contas a receber e pelas expectativas de perdas futuras. Ainda que a Companhia acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem ser diferentes.

(b) Ativos intangíveis resultantes de contratos de concessão e contratos de programa

A Companhia registra como ativos intangíveis os ativos decorrentes de contrato de concessão e estima o valor justo das construções e outros trabalhos de infraestrutura para reconhecer o custo dos ativos intangíveis, sendo reconhecido quando a infraestrutura é construída e é provável que tal ativo gere benefícios econômicos futuros. A grande maioria dos contratos de concessão de serviço firmados com o poder concedente é regulado por acordos de concessão de serviço nos quais a Companhia tem o direito de receber, ao fim do contrato, um pagamento equivalente ao saldo residual dos ativos intangíveis de concessão, que nesse caso, é amortizado de acordo com a vida útil dos respectivos bens tangíveis.

Ativos intangíveis de concessão sob Contratos de Concessão, Contratos de Prestação de Serviços e Contratos de Programa, nos casos em que não há direito de receber o saldo residual do ativo no final do contrato, são amortizados pelo método linear de acordo com a vida útil do ativo ou período do contrato, o que ocorrer primeiro. Informações adicionais na contabilização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão estão descritas nas Notas 3.8 e 15.

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão está sujeito a premissas e estimativas, sendo que o uso de diferentes estimativas pode afetar os registros contábeis. Este fato juntamente com mudanças futuras na vida útil desses ativos intangíveis pode gerar impactos relevantes no resultado das operações.

(c) Obrigações Previdenciárias – Planos de Pensão

A Companhia patrocina plano de benefício definido e, também, de contribuição definida, descritos nas Notas 3.18 e 21.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação deste benefício é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

(d) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal. Os ativos e passivos tributários diferidos são reconhecidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

A Companhia revisa regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, com base no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar em provisão para redução ao valor recuperável de todo ou de parte significativa do ativo de tributos diferidos. Informações adicionais dos impostos diferidos estão descritas nas Notas 3.16 e 19.

(e) Provisões

As provisões para riscos cíveis, trabalhistas, ambientais e tributários são efetuadas conforme detalhado nas Notas 3.14 e 20. Julgamentos a respeito de eventos futuros podem diferir significativamente das estimativas atuais e exceder os valores provisionados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias que as envolvem.

(f) Receita não faturada

O reconhecimento das receitas ainda não faturadas representam serviços prestados para os quais ainda não foram realizadas leituras. São reconhecidas com base em estimativas mensais calculadas de acordo com o faturamento médio. Informações adicionais da receita e contas a receber estão descritas nas Notas 3.3 e 10.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Caixa e bancos	74.033	176.497
Equivalentes de caixa	322.368	2.076.713
Total	396.401	2.253.210

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, os quais são representados, principalmente, por operações compromissadas, cotas de fundos (remunerados por CDI) e CDBs, cujos vencimentos originais ou a intenção de realização são inferiores a três meses, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de dezembro de 2020 a remuneração média dos equivalentes de caixa correspondia a 95,82% do CDI (em 31 de dezembro de 2019 – 98,02%).

8 Aplicações financeiras

A Companhia possui aplicação financeira em CDB, com liquidez diária as quais a Companhia não pretende utilizar nos próximos três meses, conforme quadro a seguir:

	31 de dezembro de 2020
Banco BV	253.066
Banco Itaú S/A	354.296
Banco Bradesco S/A	506.136
Banco BTG Pactual S/A	354.299
Banco do Brasil S/A	1.943.349
	3.411.146

Em 31 de dezembro de 2020 a remuneração média dos equivalentes de caixa correspondia a 98,95% do CDI.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Caixa restrito

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Convênio com a Prefeitura Municipal de São Paulo (i)	29.599	17.068
Caixa Econômica Federal – depósito judicial (ii)	272	2.245
Outros	5.871	6.705
	35.742	26.018

- (i) Refere-se ao valor deduzido do montante do repasse de 7,5% da receita auferida no Município para o Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura, referente às eventuais inadimplências dos órgãos da administração direta, fundações e autarquias, conforme estipulado no Contrato com a Prefeitura Municipal de São Paulo; e
- (ii) Refere-se à conta poupança destinada ao recebimento de depósitos judiciais sobre processos com trânsito em julgado a favor da Companhia, os quais ficam bloqueados conforme cláusula contratual.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Contas a receber de clientes

(a) Saldos patrimoniais

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Particulares:		
Clientes de rol comum (i) e rol especial (ii)	1.663.738	1.505.150
Acordos (iii)	398.367	378.341
	2.062.105	1.883.491
Entidades governamentais:		
Municipais	473.201	472.666
Federais	3.859	2.805
Acordos (iii)	333.740	277.047
	810.800	752.518
Por atacado – Prefeituras Municipais: (iv)		
Mogi das Cruzes	3.582	3.278
São Caetano do Sul	18.808	9.871
	22.390	13.149
Fornecimento a faturar	713.310	745.884
Subtotal	3.608.605	3.395.042
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(1.157.619)	(1.042.015)
Total	2.450.986	2.353.027
Circulante	2.204.029	2.137.752
Não circulante	246.957	215.275
	2.450.986	2.353.027

(i) Rol comum - residenciais, pequenas e médias empresas;

(ii) Rol especial - grandes consumidores, comércios, indústrias, condomínios e consumidores com características especiais de faturamento (contratos de demanda firme, esgotos industriais, poços, entre outros);

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iii) Acordos - parcelamentos de débitos vencidos, acrescidos de atualização monetária e juros, conforme previstos nos acordos; e
- (iv) Por atacado: prefeituras municipais - O saldo de contas a receber de clientes por atacado refere-se à venda de água tratada aos municípios que são responsáveis pela distribuição, faturamento e arrecadação junto aos consumidores finais.

Acordo com o município de Mauá

Em 16 de junho de 2020 foi assinado um Termo de Ajuste para pagamento e recebimento de dívida, entre o Município de Mauá ("Mauá"), o Saneamento Básico do Município de Mauá (SAMA) e a SABESP, visando quitar a dívida existente do SAMA, mediante a transferência dos serviços de Saneamento para a SABESP, pelo prazo de 40 anos.

Nesta mesma data, o Estado de São Paulo, Mauá e a SABESP, celebraram o Contrato de Prestação de Serviços Públicos de Abastecimento de Água no Município Mauá, pelo qual o Estado de São Paulo e Mauá asseguraram à SABESP, o direito de explorar a prestação dos Serviços, pelo prazo de 40 anos.

Em decorrência da assinatura do contrato de prestação de serviços, os valores devidos por Mauá e pelo SAMA, nos montantes históricos de R\$ 725.533 relativo ao contas a receber pela prestação de serviços de fornecimento de água no atacado e R\$ 85.918 relativo à indenização dos ativos devido à retomada dos serviços de água e esgoto pelo município em 1996, foram dados em troca da transferência dos serviços de abastecimento de água pelo período de 40 anos, cujo valor justo foi avaliado em R\$ 280.774. Como resultado desta transação houve o reconhecimento do correspondente ativo intangível em contrapartida ao resultado do exercício pelo valor justo do ativo recebido, tendo em vista que os ativos dados na troca não haviam sido reconhecidos por não atingirem os critérios para reconhecimento de receitas.

Em face da transferência dos serviços, a Companhia realizou um aporte de R\$ 2.500 para equacionamento dos custos administrativos decorrentes do encerramento das atividades do SAMA, que foi registrado no ativo intangível, por ser um custo necessário para a aquisição da concessão, em contrapartida ao passivo circulante.

Está previsto contratualmente repasse trimestral de 4% (quatro por cento) da arrecadação obtida no trimestre pela SABESP no Município, deduzida de Cofins/Pasep, da Taxa de Regulação, Controle e Fiscalização da ARSESP – TRCF e eventuais encargos que vierem a incidir sobre a receita, a serem pagos em até 30 dias após a publicação dos resultados financeiros trimestrais da SABESP. O início destes repasses ocorrerá a partir do início das operações.

Os créditos em juízo, na forma de precatórios, serão mantidos como garantia de fiel cumprimento do Termo de Ajuste e serão reduzidos conforme prazo do Contrato.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A mensuração do valor justo da transação com Mauá foi classificada como valor justo de nível 3, em seu reconhecimento inicial, utilizando-se a técnica do fluxo de caixa descontado considerando o valor presente de tais fluxos de caixa líquidos esperados na prestação dos serviços de abastecimento de água pelo prazo de 40 anos, levando em consideração as seguintes principais premissas:

- Tarifa média e volume médio de água e esgoto por economia com base no histograma de consumo do SAMA, referentes ao período de janeiro a dezembro de 2018;
- Receitas indiretas com base nos dados históricos dos municípios operados pela SABESP na Região Metropolitana de São Paulo;
- Custo médio unitário da Região Metropolitana de São Paulo com sinergia, em função de economias de escala e pelo aproveitamento de estruturas já existentes na SABESP (administrativas e operacionais);
- Custos com pessoal – nos dois primeiros anos foi considerada cobertura do pagamento dos funcionários cedidos pelo SAMA;
- Custos e Investimentos no sistema integrado metropolitano de abastecimento rateados com base no volume de água fornecido ao município;
- Investimentos exclusivos do município seguindo o Plano Municipal de Saneamento;
- Investimentos complementares a serem realizados pelo município e pagos pela SABESP, correspondentes a 4% da receita líquida a partir do 1º ano; e
- Taxa de desconto do fluxo de caixa projetado - 8,11% ao ano (WACC).

A Companhia iniciou a operação em Mauá em novembro de 2020.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Sumário de contas a receber de clientes por idade de vencimento

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Valores a vencer	1.793.104	1.762.606
Vencidos:		
Até 30 dias	340.760	330.488
Entre 31 e 60 dias	177.103	164.913
Entre 61 e 90 dias	120.488	86.765
Entre 91 e 120 dias	88.323	58.971
Entre 121 e 180 dias	113.060	81.003
Entre 181 e 360 dias	82.365	33.206
Acima de 360 dias	893.402	877.090
Total vencidos	1.815.501	1.632.436
Total	3.608.605	3.395.042

O acréscimo no saldo vencido refere-se, principalmente, ao aumento na inadimplência dos clientes particulares.

(c) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Saldo no início do exercício	1.042.015	1.099.442
Adições	176.776	54.064
Recuperações	(61.172)	(111.491)
Saldo no final do exercício	1.157.619	1.042.015

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Reconciliação das perdas estimadas / históricas no resultado	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Baixas	(329.512)	(179.929)
(Perdas)/reversão com entidades estaduais - partes relacionadas	290	(5.597)
(Perdas) com particular/entidades públicas	(176.776)	(54.064)
Recuperações	61.172	111.491
Valor contabilizado como despesa (Nota 29)	<u>(444.826)</u>	<u>(128.099)</u>

As despesas com perdas estimadas passaram de R\$ 128.099 no exercício de 2019 para R\$ 444.826 no exercício de 2020 devido à elevação do nível de inadimplência em decorrência da instabilidade econômica do país agravada pela COVID-19.

A Companhia não possui clientes que representam 10% ou mais do total da receita.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Saldos e transações com partes relacionadas

(a) Contas a receber, juros sobre o capital próprio, receita e despesas com o Estado de São Paulo

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Contas a receber		
Circulante:		
Serviços de saneamento (i)	109.078	131.851
Perdas estimadas (i)	(39.127)	(39.417)
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão (G0):		
- Fluxo mensal (pagamentos) (ii) e (vi)	22.726	31.584
- Acordo GESP – 2015 (iv)	75.377	68.888
Total do circulante	<u>168.054</u>	<u>192.906</u>
Não circulante:		
Acordo de parcelamento de serviços de saneamento	4.303	10.883
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão (G0):		
- Acordo GESP – 2015 (iv)	634.288	647.107
Total do não circulante	<u>638.591</u>	<u>657.990</u>
Total de recebíveis do acionista	<u>806.645</u>	<u>850.896</u>
Ativos:		
Prestação de serviços de saneamento	74.254	103.317
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão (G0)	732.391	747.579
Total	<u>806.645</u>	<u>850.896</u>
Passivos:		
Juros sobre o capital próprio a pagar a partes relacionadas	116.180	401.963

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2020	2019
Receita de serviços de saneamento	501.756	556.574
Recebimentos de partes relacionadas	(520.881)	(546.365)
Recebimento de reembolso referente à Lei nº 4.819/1958	(173.874)	(152.112)

(i) Serviços de saneamento

A Companhia presta serviços de fornecimento de água e esgotamento sanitário para o Governo do Estado de São Paulo e demais Companhias a ele relacionadas, em termos e condições considerados pela Administração como normais de mercado, exceto quanto à forma de liquidação dos créditos, que poderá ser realizada nas condições mencionadas no item (iii) desta Nota.

O montante de R\$ 39.127 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 39.417 em 31 de dezembro de 2019), estavam reconhecidos como perdas estimadas.

(ii) Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão pagos

Refere-se a valores de benefícios de complementação de aposentadoria e pensão previstos na Lei Estadual Paulista nº 4.819/1958 ("Benefícios") pagos pela Companhia a ex-empregados ou pensionistas, denominados G0.

Nos termos do Acordo referido em (iii), o Estado de São Paulo reconhece ser responsável pelos encargos decorrentes dos Benefícios, desde que obedecidos os critérios de pagamento estabelecidos pelo Departamento de Despesa de Pessoal do Estado – DDPE, fundado na orientação jurídica fixada pela Consultoria Jurídica da Secretaria da Fazenda e da Procuradoria Geral do Estado (PGE).

Conforme explicitado no item (vi), ao longo da validação pelo Estado de São Paulo dos valores devidos à Companhia por conta dos Benefícios, surgiram divergências quanto aos critérios de cálculo e de elegibilidade dos Benefícios aplicados pela Companhia.

Informações adicionais sobre o plano G0 constam na Nota 21 (b) (ii).

Por força de decisão judicial, a responsabilidade pelos pagamentos é da SABESP.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Acordo GESP

Em 11 de dezembro de 2001, a Companhia, o Estado de São Paulo (por intermédio da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, atualmente Secretaria da Fazenda e Planejamento) e o Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), com a interveniência da Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras, atualmente Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, celebraram o Termo de Reconhecimento e Consolidação de Obrigações, Compromisso de Pagamento e Outras Avenças (Acordo GESP), com o intuito de equacionar as pendências existentes entre o Estado de São Paulo e a Companhia relacionadas aos serviços de saneamento, bem como aos benefícios de aposentadoria.

Tendo em vista a importância estratégica dos reservatórios de Taiaçupeba, Jundiá, Biritiba Mirim, Paraitinga e Ponte Nova (Reservatórios), para a garantia da manutenção do volume de água do Alto Tietê, a Companhia acordou recebê-los como parte do reembolso referente aos Benefícios. Os Reservatórios seriam transferidos à Companhia pelo DAEE, que, por sua vez, se sub-rogaria em crédito de mesmo valor perante o Estado de São Paulo. No entanto, o Ministério Público do Estado de São Paulo questiona a validade jurídica desse acordo, cujos argumentos principais são a falta de licitação e a ausência de autorização legislativa específica para a alienação de patrimônio do DAEE. Há decisão desfavorável para a SABESP ainda não transitada em julgado. Informações adicionais constam no item (iv) a seguir.

Em 22 de março de 2004, foi assinado o primeiro aditamento ao Acordo GESP, equacionando os valores devidos pelo Estado de São Paulo por serviços prestados de fornecimento de água e esgotamento sanitário, corrigidos monetariamente, até fevereiro de 2004 e formalmente autorizando a compensação de valores devidos pelo Estado de São Paulo com juros sobre o capital próprio declarados pela Companhia e qualquer outro débito existente junto ao Estado de São Paulo em 31 de dezembro de 2003, corrigido monetariamente até fevereiro de 2004 e definindo as condições de pagamento das obrigações remanescentes do Estado de São Paulo pelo recebimento da prestação de serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto.

Em 28 de dezembro de 2007, a Companhia e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Fazenda assinaram o segundo aditamento aos termos do acordo GESP original concordando com o parcelamento do saldo remanescente do Primeiro Aditamento, sendo que em dezembro de 2012 foi realizado o pagamento da última parcela.

O Estado de São Paulo, a SABESP e o DAEE, celebraram em 17 de novembro de 2008, o Terceiro Aditamento ao Acordo GESP, por meio do qual o Estado de São Paulo confessou dever à SABESP o valor de R\$ 915.251, atualizados monetariamente até setembro de 2008 pelo IPCA-IBGE, correspondente ao Valor Incontroverso, apurado pela FIPECAFI. A SABESP aceitou, provisoriamente, os Reservatórios como parte do pagamento do Valor Incontroverso e ofereceu ao Estado de São Paulo quitação provisória, constituindo um crédito financeiro de R\$ 696.283, correspondente ao valor dos Reservatórios no sistema Alto Tietê. O saldo devedor restante de R\$ 218.967 foi totalmente liquidado em 2018.

A Companhia não havia reconhecido em suas Demonstrações Financeiras, o valor a receber de R\$ 696.283 dos Reservatórios, tendo em vista a incerteza relacionada à transferência dos mesmos pelo Estado de São Paulo. Em março de 2015, a SABESP e o Estado de São Paulo assinaram acordo para realizar o pagamento dos reservatórios no montante de R\$ 696.283 (mais informações no item (iv) dessa Nota).

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Terceiro Aditamento prevê também a regularização do fluxo mensal de benefícios. Enquanto a SABESP estiver responsável pelos pagamentos mensais, o Estado de São Paulo deverá reembolsar a Companhia com base nos critérios idênticos aos aplicados na apuração do Valor Incontroverso. Não havendo mais decisão judicial impeditiva, o Estado assumirá diretamente o fluxo de pagamento mensal da parcela tida por incontroversa.

(iv) Acordo GESP 2015

Em 18 de março de 2015 a Companhia, o Estado de São Paulo, e o DAEE, com interveniência da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, celebraram Termo de Acordo no valor de R\$ 1.012.310, sendo R\$ 696.283 referentes ao valor principal do Valor Incontroverso mencionado no item (iii) e R\$ 316.027 referentes à correção monetária do principal até fevereiro de 2015.

O Valor Principal será pago em 180 parcelas, da seguinte forma:

- As primeiras vinte e quatro parcelas foram quitadas mediante a transferência de 2.221.000 ações preferenciais de emissão da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP), no valor total de R\$ 87.174, com base no preço de fechamento das ações em 17 de março de 2015, as quais foram vendidas em 20 de abril de 2016; e
- O valor de R\$ 609.109 que será pago em 156 parcelas mensais, foi atualizado pelo IPCA até a data de início dos pagamentos, em 5 de abril de 2017. A partir desta data, as parcelas estão sendo atualizadas pelo IPCA mais juros simples de 0,5% ao mês.

Considerando que a ação que contesta a possibilidade de transferência dos reservatórios não foi transitada em julgado, o acordo prevê, ainda, as seguintes situações:

- Caso haja possibilidade de transferência e os Reservatórios efetivamente sejam transferidos para a SABESP com registro em cartório, a SABESP reembolsará ao Estado de São Paulo os valores pagos em substituição aos Reservatórios (Valor Principal) por meio de 60 parcelas mensais atualizadas pelo IPCA até a data de pagamento de cada parcela; e
- Caso não se efetive a transferência dos Reservatórios, o Estado de São Paulo pagará à SABESP, em adição ao Valor Principal, o crédito de correção monetária de R\$ 316.027, parcelado em 60 vezes, iniciando-se esses pagamentos ao final do parcelamento do Valor Principal. O valor será atualizado pelo IPCA para a data de início dos pagamentos e, a partir desta data, incidirá atualização monetária – IPCA, mais 0,5% de juros simples ao mês sobre o valor de cada parcela.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo a receber era de R\$ 75.377 no ativo circulante (em 31 de dezembro de 2019 – R\$ 68.888) e R\$ 634.288 no ativo não circulante (em 31 de dezembro de 2019 – R\$ 647.107).

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(v) Valores Controversos

Como já mencionado, em 17 de novembro de 2008 a Companhia e o Estado de São Paulo assinaram o Terceiro Aditivo ao Acordo GESP, ocasião em que foram quantificados os valores denominados controversos e incontroversos. Nesse aditivo, ficaram estabelecidos esforços para equacionar o que foi denominado Valor Controverso dos Benefícios. De acordo com a cláusula quarta desse instrumento, o Valor Controverso é representado pela diferença entre o Valor Incontroverso e o valor efetivamente pago pela Companhia a título de benefícios de complementação de aposentadoria e pensões previstos na Lei nº 4.819/1958, de responsabilidade originária do Estado, mas pagos pela SABESP por força de decisão judicial.

Ao celebrar o Terceiro Aditamento, ficou prevista uma reapreciação por parte da PGE das divergências que deram causa ao Valor Controverso dos benefícios previstos na Lei nº 4.819/1958. Essa expectativa estava à época baseada na disposição da PGE reapreciar a questão e também no entendimento do direito da Companhia ao ressarcimento, baseado inclusive em pareceres técnicos jurídicos externos.

Contudo, os últimos pareceres emitidos pela PGE e recebidos em 4 e 22 de setembro de 2009 e em 4 de janeiro de 2010, negaram o reembolso da parcela anteriormente definida como Valor Controverso.

Embora as negociações com o Estado ainda sejam mantidas, não é mais possível assegurar que a Companhia recuperará, de forma inteiramente amigável, os créditos relativos ao Valor Controverso.

Dando continuidade às ações que objetivam recuperar o crédito que a Administração entende como devido pelo Estado de São Paulo, relativo às divergências acerca do reembolso dos benefícios de complementação de aposentadoria e pensões pagas pela Companhia, a SABESP: (i) endereçou, em 24 de março de 2010, mensagem ao Acionista Controlador, encaminhando ofício deliberado pela Diretoria Colegiada, propondo ação arbitral de comum acordo, a ser encaminhada à Câmara Arbitral da B3; (ii) em junho de 2010 encaminhou à Secretaria da Fazenda, proposta de acordo visando o equacionamento das referidas pendências. Esta proposta não obteve sucesso; (iii) em 9 de novembro de 2010, protocolou ação judicial contra o Estado de São Paulo, para pleitear o ressarcimento integral dos valores pagos a título de benefícios previstos na Lei Estadual nº 4.819/1958, com o objetivo de equacionar, em definitivo, o aludido Valor Controverso em discussão entre a Companhia e o Estado de São Paulo. Apesar da ação judicial, a Companhia insistirá na obtenção de acordo durante o andamento da ação judicial, por entender que um acordo razoável é melhor para a Companhia e seus acionistas do que aguardar o fim da demanda judicial.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a SABESP possuía valores controversos com o Estado de São Paulo, referentes à complementação de aposentadoria e pensão pagos (Lei nº 4.819/1958), nos montantes de R\$ 1.281.409 e R\$ 1.195.217, respectivamente, sendo que para tais valores foram constituídas perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(vi) Passivo atuarial

A Companhia reconheceu a obrigação atuarial referente à complementação de aposentadoria e pensão mantida com os funcionários, aposentados e pensionistas do Plano G0. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os valores correspondentes a essa obrigação atuarial eram de R\$ 2.549.541 e R\$ 3.046.255, respectivamente. Para mais informações sobre as obrigações de complementação de aposentadoria e pensão, ver Nota 21 (b).

(b) Utilização de Reservatórios – EMAE

A Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A - EMAE pretendia o recebimento de crédito e compensação financeira pelas alegadas perdas passadas e futuras de geração de energia elétrica em decorrência da captação de água e compensação pelos custos já incorridos e a incorrer com a operação, a manutenção e a fiscalização dos reservatórios Guarapiranga e Billings que a SABESP utiliza em suas operações.

Em 28 de outubro de 2016, foi assinado um acordo consubstanciado em um Instrumento Particular de Transação e Outras Avenças, visando o encerramento definitivo de litígios e a SABESP continuará utilizando os reservatórios.

O saldo desse acordo em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 17.255 e R\$ 73.660 (em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 16.653 e R\$ 87.231), registrados nas rubricas de “Outras obrigações”, no passivo circulante e não circulante, respectivamente. Em 2020 foi pago o montante de R\$ 17.813.

(c) Contratos com Tarifa reduzida para Entidades Públicas Estaduais que aderirem ao Programa de Uso Racional de Água (PURA)

A Companhia tem contratos assinados com entidades públicas ligadas ao Governo do Estado de São Paulo que são beneficiados com uma redução de 25% na tarifa dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos, quando adimplentes. Os contratos preveem a implantação do programa de uso racional de água, que considera a redução no consumo de água.

(d) Aval

O Estado de São Paulo concede aval para alguns empréstimos e financiamentos da Companhia e não cobra qualquer taxa a ele relacionado.

(e) Contrato de cessão de pessoal entre entidades ligadas ao Governo do Estado de São Paulo

A Companhia possui contratos de cessão de empregados com entidades ligadas ao Governo do Estado de São Paulo, sendo que os gastos são integralmente cobrados. Em 2020, os gastos com os empregados cedidos pela SABESP a outras entidades estaduais somaram R\$ 2.108 (em 2019 – R\$ 4.881).

Os gastos com funcionários de outras entidades à disposição da Companhia em 2020 e 2019, somaram R\$ 13 e R\$ 139, respectivamente.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Ativos não operacionais

A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o valor de R\$ 3.613 relativo a terrenos e estruturas cedidas em comodato.

(g) SABESPREV

A Companhia patrocina plano de benefício definido (Plano G1), operado e administrado pela SABESPREV. O compromisso atuarial líquido, reconhecido até 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 319.053 (31 de dezembro de 2019 – R\$ 314.677), conforme Nota 21 (b).

(h) Remuneração da Administração e do Conselho Fiscal

A remuneração dos Diretores, dos membros do Comitê Auditoria e dos Conselhos de Administração e Fiscal das Sociedades de Economia Mista controladas pelo Estado de São Paulo obedece às diretrizes do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado (CODEC) e é fixada em Assembleia Geral de Acionistas, nos termos do Artigo 152 da Lei das S.A.

O CODEC estabelece que nas empresas de capital aberto e listadas no segmento Novo Mercado da B3, controladas pelo Estado, a proposta de remuneração global e individual dos órgãos estatutários deve ser elaborada pelo Conselho de Administração nos termos do Estatuto Social da Companhia, no âmbito da Política Institucional de Remuneração e submetida à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Além da remuneração mensal, os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e a Diretoria Colegiada recebem gratificação anual, equivalente a um honorário mensal, calculada sobre uma base *pro rata temporis*, no mês de dezembro de cada ano. A finalidade dessa gratificação é estabelecer uma similaridade com o décimo terceiro salário do regime trabalhista dos empregados da Companhia, uma vez que a relação dos Administradores com a Companhia é de natureza estatutária.

Benefícios pagos apenas aos Diretores – vale refeição, vale alimentação, assistência médica, previdência privada, descanso anual (com característica de licença remunerada de 30 (trinta) dias corridos, com pagamento adicional correspondente a um terço dos honorários mensais por ocasião do referido descanso), e FGTS. .

A SABESP paga bônus para fins de remuneração de seus diretores, de acordo com as diretrizes do Estado de São Paulo, como política motivacional, desde que a Companhia efetivamente apure lucro trimestral, semestral e anual, e distribua dividendos obrigatórios aos acionistas, mesmo que na forma de juros sobre o capital próprio. Os bônus anuais não podem exceder seis vezes a remuneração mensal dos Administradores, nem 10% dos juros sobre o capital próprio pagos pela Companhia, prevalecendo o que for menor.

Os gastos relacionados à remuneração dos membros da Administração e do Conselho Fiscal foram de R\$ 6.426 e R\$ 5.344 para os anos de 2020 e de 2019, respectivamente.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Uma quantia adicional de R\$ 1.439 e R\$ 1.348, referente ao programa de bônus dos diretores, foi registrada no ano de 2020 e de 2019, respectivamente.

(i) Contrato de mútuo mediante abertura de crédito

A Companhia possui participação em algumas Sociedades de Propósito Específico (SPE), nas quais não possui maioria das ações, porém possui voto qualificado e poder de veto em algumas matérias não havendo capacidade de utilizar este poder sobre estas SPEs de forma a afetar os valores de seus retornos. Desta forma, estas SPEs são consideradas para fins contábeis como controladas em conjunto.

A Companhia formalizou contrato de mútuo mediante abertura de crédito com a SPE Aquapolo Ambiental S/A, com o objetivo de financiar as operações dessa empresa, até a liberação dos empréstimos e financiamentos solicitados junto às instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo de principal e juros deste contrato era de R\$ 9.420 e R\$ 23.866, contabilizado no ativo circulante e ativo não circulante da Companhia, respectivamente, na rubrica “Outros ativos” (em 31 de dezembro de 2019 – R\$ 34.992, no ativo não circulante), sendo os juros calculados à taxa de CDI + 1,2% ao ano. Em 27 de janeiro de 2020 houve o recebimento de R\$ 3.000, sendo R\$ 1.231 para a amortização do principal e R\$ 1.769 para amortização dos juros.

Este contrato originalmente venceu em 30 de abril de 2015, tendo sido prorrogado para 30 de outubro de 2015, e em 25 de novembro de 2015 foi realizado novo aditamento alterando o cronograma de pagamento para três parcelas anuais, vencendo-se a primeira em 30 de dezembro de 2021 e a última em 30 de dezembro de 2023.

(j) Programa Se Liga na Rede

O Governo do Estado de São Paulo sancionou a Lei Estadual nº 14.687/2012, criando o Programa Pró-conexão, destinado a subsidiar financeiramente a execução de ramais intradomiciliares necessária à efetivação de ligações às redes coletoras de esgoto, em domicílios de famílias de baixa renda que concordem em aderir ao programa. Os gastos com o programa, exceto custos indiretos, margem de construção e custos de financiamentos, serão custeados com 80% dos recursos oriundos do Estado de São Paulo e os 20% restantes investidos pela SABESP, que também é responsável pela execução das obras. Até 31 de dezembro de 2020 o valor total com o programa foi de R\$ 130.436 (em 31 de dezembro de 2019 – R\$ 117.272), sendo que em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não havia saldo a receber com partes relacionadas. Em 31 de dezembro de 2020 estava registrado o montante de R\$ 78.262 (em 31 de dezembro de 2019 – R\$ 65.099) no grupo de intangível e foi reembolsado pelo Estado de São Paulo o montante de R\$ 52.174 (em 31 de dezembro de 2019 – R\$ 52.174) do início do programa até 31 de dezembro de 2020.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Investimentos

A Companhia possui participação em algumas Sociedades de Propósito Específico (SPE) e, embora a participação da SABESP no capital social de suas investidas não seja majoritária, o acordo de acionistas prevê o poder de veto sobre determinadas matérias de gestão não havendo, no entanto, capacidade de utilizar este poder sobre estas SPEs de forma a afetar os valores de seus retornos, indicando controle compartilhado participativo (*joint venture* ou “negócios em conjunto” – CPC 19 (R2)).

A Companhia possui participação avaliada por equivalência patrimonial nas seguintes investidas:

(a) Sesamm

Em 15 de agosto de 2008, a empresa Sesamm – Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S/A foi constituída com prazo de duração de 30 anos contados da data de assinatura do contrato de concessão com o município, cujo objeto social é a prestação dos serviços de complementação da implantação do sistema de afastamento de esgotos e implantação de operação do sistema de tratamento de esgotos do município de Mogi Mirim, incluindo a disposição dos resíduos sólidos gerados.

Em 30 de outubro de 2019 houve a transferência de ações da ECS para a GS Inima Brasil, após a efetivação da compra a SABESP continua com 36% das ações e a GS Inima passou a 64%.

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da Sesamm era de R\$ 19.532, divididos em 19.532.409 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

As operações foram iniciadas em junho de 2012.

(b) Águas de Andradina

Em 15 de setembro de 2010, a empresa Águas de Andradina S/A foi constituída com prazo indeterminado, cujo objeto social é a prestação de serviços de água e de esgoto no município de Andradina.

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da empresa era de R\$ 17.936, divididos em 17.936.174 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 30% de participação acionária e a Igua 70%.

A Companhia cede como garantia o penhor de 100% de sua participação nas ações da Águas de Andradina, a título de contra garantia pela emissão das Cartas de Fiança junto ao BNDES.

As operações foram iniciadas em outubro de 2010.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Águas de Castilho

Em 29 de outubro de 2010, a empresa Águas de Castilho foi constituída com objeto social de prestar serviços de água e esgoto no município de Castilho.

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da empresa era de R\$ 2.785, divididos em 2.785.227 ações nominativas, sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 30% de participação acionária e a Iguá 70%.

A Companhia cede como garantia o penhor de 100% de sua participação nas ações da Águas de Castilho, a título de contra garantia pela emissão das Cartas de Fiança junto ao BNDES.

As operações foram iniciadas em janeiro de 2011.

(d) Attend Ambiental

Em 23 de agosto de 2010, a Companhia, a empresa Attend Ambiental S/A foi constituída com o objeto social de implantar e operar de uma estação de pré-tratamento de efluentes não domésticos e condicionamento de lodo, na região metropolitana da capital do Estado de São Paulo, bem como o desenvolvimento de outras atividades correlatas e a criação de infraestrutura semelhante em outros locais, no Brasil e exterior.

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da empresa era de R\$ 37.677, divididos em 37.677.245 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 45% de participação acionária e a Estre detém 55%.

As operações foram iniciadas em dezembro de 2014.

(e) Aquapolo Ambiental

Em 8 de outubro de 2009, a empresa Aquapolo Ambiental foi constituída com objeto social de produzir, fornecer e comercializar de água de reúso para a Quattor Química S/A; Quattor Petroquímica S/A; Quattor Participações S/A e demais empresas integrantes do Polo Petroquímico de Capuava e da região do ABC paulista.

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da empresa era de R\$ 36.412, divididos em 42.419.045 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 49% de participação acionária.

A Companhia cede como garantia ao empréstimo adquirido por meio de emissão de debêntures, o penhor de 100% de sua participação nas ações da Aquapolo Ambiental S/A.

As operações foram iniciadas em outubro de 2012.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Paulista Geradora de Energia

Em 13 de abril de 2015, a Companhia adquiriu ações da Empresa Paulista Geradora de Energia S/A, em sociedade com a Servtec Investimentos e Participações Ltda. (Servtec) e a Tecniplan Engenharia e Comércio Ltda. (Tecniplan), cujo objeto social é a implantação e exploração comercial de potenciais hidráulicos em Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), localizadas na ETA Guaraú e Vertedouro Cascata.

Em 31 de dezembro de 2020 o capital social da empresa era de R\$ 8.679, divididos em 8.679.040 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 25% de participação acionária, a Servtec detém 37,5% e a Tecniplan detém 37,5%.

Em 31 de dezembro de 2020 as operações ainda não haviam sido iniciadas.

Saneaqua Mairinque

Em 14 de junho de 2010, a empresa Saneaqua Mairinque S/A foi constituída com prazo de duração indeterminado, cujo objeto é a exploração do serviço público de água e esgoto do município de Mairinque.

Em 20 de agosto de 2020, a investida Saneaqua Mairinque realizou Assembleia Geral Extraordinária que aprovou o aumento de capital no montante de R\$ 21.944, mediante a emissão de 17.178.988 ações. A SABESP renunciou ao seu direito de preferência na participação desse aumento de capital, de forma que as ações emitidas na data em função do aumento de capital foram todas subscritas pela acionista BRK Ambiental, resultando na diluição da participação da SABESP na investida. Dessa forma, a SABESP descontinuou o uso do método de equivalência patrimonial e considerou este ativo financeiro na data da transação pelo valor justo no montante de R\$ 5.734. Os valores relativos ao resultado da equivalência patrimonial foram contabilizados até julho de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da empresa era de R\$ 26.127, divididos em 20.320.227 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 4,6% de participação acionária e a BRK 95,4%.

A Companhia cede como garantia de financiamento obtido pela Saneaqua Mairinque, o penhor de 100% de sua participação nas ações referida empresa.

As operações foram iniciadas em outubro de 2010.

O quadro a seguir apresenta o resumo das demonstrações financeiras das investidas nas quais a Companhia possui participação avaliada por equivalência patrimonial:

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Patrimônio líquido		Dividendos distribuídos	Resultado do exercício		
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	2020	2020	(*)	2019
Sesamm	51.514	45.923	(1.741)	7.332	-	4.418
Águas de Andradina	29.576	30.065	(1.267)	3.403	(2.625)	7.271
Águas de Castilho	8.533	7.242	(322)	1.600	13	1.767
Saneaqua Mairinque ¹	4.013	4.783	-	(770)	-	(871)
Attend Ambiental	11.409	7.486	-	3.958	(35)	(18.217)
Aquapolo Ambiental	41.903	37.772	(15.000)	19.131	-	16.283
Paulista Geradora de Energia	6.692	7.144	-	(452)	-	(481)

	Investimentos		Dividendos distribuídos	Outros resultados abrangentes	Reclassificação	Resultado de equivalência patrimonial			Percentual de participação	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	2020	2020	2020	2020	(*)	2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Sesamm	18.546	16.533	(627)	-	-	2.640	-	1.591	36%	36%
Águas de Andradina	8.873	9.020	(380)	-	-	1.020	(787)	2.181	30%	30%
Águas de Castilho	2.560	2.172	(97)	-	-	481	4	529	30%	30%
Saneaqua Mairinque ²	-	1.434	-	17	(1.203)	(248)	-	(262)	4,6%	30%
Attend Ambiental	5.134	3.369	-	-	-	1.781	(16)	(8.198)	45%	45%
Aquapolo Ambiental	20.532	18.508	(7.350)	-	-	9.374	-	7.979	49%	49%
Paulista Geradora de Energia	1.673	1.786	-	-	-	(113)	-	(119)	25%	25%
Total	57.318	52.822	(8.454)	17	(1.203)	14.935	(799)	3.701		
Outros investimentos	6.099	365								
Total geral	63.417	53.187								

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(*) Os montantes apresentados se referem a movimentações no Patrimônio Líquido das investidas, em razão de suas demonstrações financeiras, do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, terem sido divulgadas após a divulgação das demonstrações financeiras da SABESP.

(¹) Os dados apresentados relativos ao ano de 2020 referem-se a data de 31 de julho de 2020.

(²) Em 20 de agosto de 2020, a investida Saneaqua Mairinque realizou Assembleia Geral Extraordinária que aprovou o aumento de capital no montante de R\$ 21.944, mediante a emissão de 17.178.988 ações. A SABESP renunciou ao seu direito de preferência na participação desse aumento de capital, de forma que as ações emitidas na data em função do aumento de capital foram todas subscritas pela acionista BRK Ambiental, resultando na diluição da participação da SABESP na investida. Dessa forma, a SABESP descontinuou o uso do método de equivalência patrimonial e considerou este ativo financeiro na data da transação pelo valor justo no montante de R\$ 5.734 reconhecido na rubrica "Outros investimentos". Os valores relativos ao resultado da equivalência patrimonial foram contabilizados até julho de 2020.

13 Propriedades para Investimento

	31 de dezembro de 2019	Transferência	Depreciação	31 de dezembro de 2020
Propriedades para investimento	47.562	(1.240)	(48)	46.274

	31 de dezembro de 2018	Transferência	Depreciação	31 de dezembro de 2019
Propriedades para investimento	47.620	(9)	(49)	47.562

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o valor de mercado destas propriedades era de aproximadamente R\$ 383.000 e R\$ 386.000, respectivamente.

14 Ativo de contrato

O Ativo de Contrato (obras em andamento) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como Ativo de Contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível, somente após a conclusão das obras.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Ativo de Contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo e inclui custos de empréstimos capitalizados durante o período em que o ativo estiver na fase de construção, considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização. Para mais informações referentes à capitalização de juros e margem de construção, registrados durante a fase de construção, vide Nota 15.

	31 de dezembro de 2019	Adições (i)	Transferências	Transferências de obras para o intangível (ii)	31 de dezembro de 2020 (iii)
Total Ativo de contrato	7.617.714	3.984.158	55.706	(3.688.414)	7.969.164

	31 de dezembro de 2018	Adições	Baixas	Transferências	Transferências de obras para o intangível	31 de dezembro de 2019
Total Ativo de contrato	7.407.948	3.532.283	(4.910)	10.710	(3.328.317)	7.617.714

- (i) As maiores adições do período estão localizadas nos municípios de São Paulo, Praia Grande e São Bernardo do Campo nos montantes de R\$ 1.676 milhões, R\$ 284 milhões e R\$ 228 milhões, respectivamente.
- (ii) As maiores transferências do período estão localizadas nos municípios de São Paulo, Guarulhos, Cotia e Praia Grande, nos montantes de R\$ 1.414 milhões, R\$ 173 milhões, R\$ 117 milhões e R\$ 115 milhões, respectivamente.
- (iii) As maiores obras estão localizadas nos municípios de São Paulo, Praia Grande e São Bernardo do Campo, nos montantes de R\$ 3.727 milhões, R\$ 527 milhões e R\$ 496 milhões, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo de contrato incluía o montante de R\$ 276.893 reconhecido como arrendamento (R\$ 276.893 em 31 de dezembro de 2019). Os arrendamentos fazem parte do custo das obras, porém estas ainda se encontram em andamento.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Intangível

(a) Saldos patrimoniais

	31 de dezembro de 2020			31 de dezembro de 2019		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Intangíveis decorrentes de:						
Contratos de concessão – valor patrimonial	671.904	(188.129)	483.775	2.066.459	(571.606)	1.494.853
Contratos de concessão – valor econômico	1.446.261	(711.596)	734.665	1.334.531	(621.679)	712.852
Contratos de programa	23.160.119	(6.799.812)	16.360.307	19.413.768	(5.594.068)	13.819.700
Contratos de programa – compromissos	1.709.757	(338.834)	1.370.923	1.651.434	(286.559)	1.364.875
Contrato de prestação de serviços – São Paulo	20.579.676	(5.707.072)	14.872.604	19.217.091	(4.826.328)	14.390.763
Licença de uso de software	978.085	(437.460)	540.625	829.739	(358.033)	471.706
Direito de uso – Outros ativos	141.782	(99.106)	42.676	113.233	(42.535)	70.698
Total	48.687.584	(14.282.009)	34.405.575	44.626.255	(12.300.808)	32.325.447

(b) Movimentação

	31 de dezembro de 2019	Adições	Renovação de contratos	Transferência de ativo de contrato	Transferências	Baixas e alienações	Amortização	31 de dezembro de 2020
Intangíveis decorrentes de:								
Contratos de concessão – valor patrimonial (*)	1.494.853	1	(1.031.830)	47.154	1.440	(858)	(26.985)	483.775
Contratos de concessão – valor econômico	712.852	-	-	113.320	(1.403)	(42)	(90.062)	734.665
Contratos de programa (*)	13.819.700	303.472	1.031.830	2.075.268	(51.570)	(5.423)	(812.970)	16.360.307
Contratos de programa – compromissos	1.364.875	58.323	-	-	-	-	(52.275)	1.370.923
Contrato de prestação de serviços – São Paulo	14.390.763	20.940	-	1.382.656	(23.645)	(9.990)	(888.120)	14.872.604
Licença de uso de software	471.706	-	-	70.016	78.169	-	(79.266)	540.625
Direito de uso – Outros ativos	70.698	28.549	-	-	-	-	(56.571)	42.676
Total	32.325.447	411.285	-	3.688.414	2.991	(16.313)	(2.006.249)	34.405.575

(*) Em 31 de dezembro de 2020, as rubricas Contratos de concessão – valor patrimonial e Contratos de Programa, incluíam arrendamentos nos montantes de R\$ 76.454 e R\$ 193.107, respectivamente.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2018	Adoção inicial IFRS 16	Adições	Renovação de contratos	Transferência para indenização a receber	Transferência de ativo de contrato	Transferências	Baixas e alienações	Amortização	31 de dezembro de 2019
Intangíveis decorrentes de:										
Contratos de concessão – valor patrimonial (*)	4.073.344	-	2	(2.690.660)	(4.345)	131.809	76.804	(8.311)	(83.790)	1.494.853
Contratos de concessão – valor econômico	1.232.009	-	2.034	(532.173)	-	89.041	1.956	(569)	(79.446)	712.852
Contratos de programa (*)	8.777.929	-	1.338.443	3.223.773	-	970.534	137.283	(10.312)	(617.950)	13.819.700
Contratos de programa – compromissos	1.079.551	-	331.328	-	-	-	-	-	(46.004)	1.364.875
Contrato de prestação de serviços – São Paulo	13.391.452	-	3.867	(940)	-	2.054.940	(228.583)	(20.739)	(809.234)	14.390.763
Licença de uso de software	458.175	-	-	-	-	81.993	(991)	-	(67.471)	471.706
Direito de uso – Outros ativos	-	64.955	48.278	-	-	-	-	-	(42.535)	70.698
Total	29.012.460	64.955	1.723.952	-	(4.345)	3.328.317	(13.531)	(39.931)	(1.746.430)	32.325.447

(*) Em 31 de dezembro de 2019, as rubricas Contratos de concessão – valor patrimonial e Contratos de Programa, incluíam arrendamentos nos montantes de R\$ 87.266 e R\$ 205.558, respectivamente.

Em 2020 a Companhia renovou contrato de programa com os municípios de Bragança Paulista, Cubatão, Ilhabela, Jandira, Joanópolis, Lupércio, Meridiano, Paulínia, Pinhalzinho, Piracaia, Pirapora do Bom Jesus, Santana de Parnaíba, Ubatuba, Vargem Grande Paulista e Pedrinhas Paulista, sendo que todos esses contratos têm prazo por 30 anos.

A Companhia assinou contrato com os municípios de Tapiratiba e Tejuapá em outubro de 2019 e março de 2020, e iniciou a operação em abril e setembro de 2020, pelo prazo de 30 e 40 anos, respectivamente.

Além dos municípios mencionados acima, houve a assinatura do contrato com o município de Mauá em junho de 2020, pelo prazo de 40 anos, e iniciou a operação em novembro de 2020.

Em 30 de junho de 2020, foi assinado contrato para a prestação de serviços de tratamento e destinação final de resíduos sólidos e arrecadação de taxa do lixo no Município de Diadema pelo prazo de 40 anos. A prestação dos serviços de arrecadação da taxa do lixo nas contas de consumo de água e esgoto, teve início em 1º de janeiro de 2021. Os serviços de tratamento e destinação final de resíduos sólidos estão em fase de estudo sobre o melhor formato para a operacionalização, estando condicionado, conforme previsão contratual a uma parceria entre a SABESP e um privado, a qual ocorrerá por meio de chamamento público.

(c) Intangíveis decorrentes de contratos de concessão

A Companhia opera contratos de concessão de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, em sua maioria, fundamentada em contratos que estabelecem direitos e deveres relativos à exploração dos bens relacionados à prestação de serviço público (ver Nota 3.8 (a)). Os contratos preveem que os bens serão revertidos ao poder concedente ao fim do período de concessão.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia operava em 375 municípios no Estado de São Paulo (em 31 de dezembro de 2019 – 372). A maioria desses contratos tem duração de 30 anos, exceto os contratos com os municípios de Guarulhos, Mauá, Mogi das Cruzes, Santo André, São Bernardo do Campo, São João da Boa Vista e Tejuipá, que foram firmados pelo prazo de 40 anos.

A prestação de serviços é remunerada na forma de tarifa, regulamentada pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP).

Os intangíveis decorrentes de contratos de concessão incluem:

(i) Contratos de concessão – valor patrimonial

Referem-se a municípios assumidos até o ano de 2006, exceto municípios assumidos pelo valor econômico, através de laudo de avaliação patrimonial efetuado por peritos independentes. A amortização dos ativos é calculada de acordo com o método linear, que considera a vida útil dos bens.

(ii) Contratos de concessão – valor econômico

No período de 1999 a 2006, as negociações relacionadas às novas concessões foram realizadas considerando o resultado econômico-financeiro do negócio, definido em laudo de avaliação emitido por peritos independentes.

O montante definido no respectivo instrumento de contratação, após a concretização do negócio junto ao município, com realização mediante subscrição de ações da Companhia ou em dinheiro, está registrado nessa rubrica e é amortizado pelo período da respectiva concessão (normalmente de 30 anos). Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não existiam valores pendentes relativos a esses pagamentos aos municípios.

A amortização dos bens intangíveis é realizada durante a vigência dos contratos ou pela vida útil dos bens adjacentes (dos dois o menor) de concessão pelo método linear.

(iii) Contratos de programa

Refere-se à renovação dos contratos antigamente denominados contratos de concessão, cujo objetivo é a prestação de serviços de saneamento. A amortização dos ativos adquiridos até as datas das assinaturas dos contratos de programa é calculada de acordo com método linear, que considera a vida útil dos bens. Os ativos adquiridos ou construídos após as datas das assinaturas dos contratos de programa são amortizados durante o período do contrato (em sua maioria por 30 anos) ou durante a vida útil dos ativos adjacentes, dos dois o menor.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv) Contratos de programa - Compromissos

A partir do marco regulatório de 2007 as renovações dos contratos passaram a ser realizadas por meio de contratos de programa. Em alguns desses contratos de programa, a Companhia assumiu o compromisso de participar financeiramente em ações socioambientais. Os bens construídos e compromissos financeiros assumidos dentro dos contratos de programa são registrados como ativo intangível e são amortizados pelo método linear de acordo com a vigência do contrato de programa, os quais, em sua maioria são de 30 anos.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os valores ainda não desembolsados estavam registrados na rubrica “Compromissos contratos de programa”, no passivo circulante, nos montantes de R\$ 162.541 e R\$ 273.932, respectivamente e no passivo não circulante, nos montantes de R\$ 68.939 e R\$ 103.321, respectivamente. Foi utilizada a taxa de 8,11% ao ano (WACC), para cálculo do ajuste a valor presente dos contratos assinados em 2020.

(v) Contratos de prestação de serviços – Município de São Paulo

Em 23 de junho de 2010 a Companhia celebrou com o Estado e o Município de São Paulo um Contrato de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Município de São Paulo por um período de 30 anos, prorrogável por mais 30 anos.

Também em 23 de junho de 2010, foi assinado o Convênio entre o Estado e Município, com interveniência da SABESP e anuência da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP), cujos principais aspectos são os seguintes:

1. O Estado e o Município atribuem à SABESP o direito de explorar a prestação dos serviços de saneamento da Capital do Estado de São Paulo, o que envolve a obrigação de prover os serviços e o direito de ser remunerada por intermédio do recebimento de receitas tarifárias;
2. O Estado e Município definem a ARSESP como responsável pelas funções de regulação, inclusive tarifária, controle e fiscalização dos serviços;
3. O modelo de avaliação utilizado foi o de fluxo de caixa descontado, o qual considerou a sustentabilidade econômico-financeira da operação da SABESP na Região Metropolitana de São Paulo;
4. Foram considerados no fluxo de caixa todos os custos operacionais, tributos, investimentos e a remuneração do custo de oportunidade dos investidores e credores da SABESP;
5. O contrato prevê investimentos equivalentes a 13% da receita bruta obtida pela prestação de serviços no Município de São Paulo, líquida de Cofins e Pasep. Os planos de investimentos, no que tange à execução da SABESP, deverão ser compatibilizados com as atividades e programas previstos nos planos de saneamento Estadual, Municipal, e Metropolitano, quando for o caso. O Plano de Investimentos será revisado pelo Comitê Gestor a cada quatro anos, em especial quanto aos investimentos a serem executados no período subsequente;

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6. O repasse ao Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura para aplicação em ações pertinentes ao saneamento da capital constitui encargo a ser recuperado na tarifa, conforme disposição contratual. Este valor corresponde a 7,5% da receita bruta obtida pela prestação de serviços no Município de São Paulo, líquida de Cofins e Pasep, e da inadimplência do período, reconhecido contabilmente no resultado, como custo operacional;

7. O custo de oportunidade dos investidores e credores da SABESP foi estabelecido pela metodologia CMPC (custo médio ponderado de capital). Este custo foi utilizado como taxa de desconto do fluxo de caixa; e

8. O Contrato prevê a remuneração dos ativos líquidos em operação, apurados preferencialmente por meio de avaliação patrimonial ou pelo valor contábil atualizado monetariamente, conforme vier a ser definido pela ARSESP. Além disso, prevê, também, a remuneração dos investimentos a serem executados pela SABESP, de forma que não haja valor residual ao final do Contrato.

Com relação à recuperação, por meio de tarifa, mencionada no item 6 acima, do repasse ao Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura, a ARSESP editou em abril de 2013 a Deliberação nº 413, adiando a aplicação da Deliberação nº 407 e postergando, até a conclusão do processo de revisão tarifária, o repasse na fatura dos serviços os valores referentes aos encargos municipais que estava estipulado na Deliberação nº 407. O adiamento da aplicação da Deliberação nº 407 se deveu à solicitação do Estado de São Paulo para estudar, entre outras coisas, métodos de redução nos impactos aos consumidores.

Em 18 de abril de 2014, foi publicada a Deliberação ARSESP nº 484 apresentando o resultado definitivo da Revisão Tarifária da SABESP, porém tanto a Prefeitura Municipal de São Paulo, através do Ofício nº 1.309/2014-SGM/GAB, como o Estado de São Paulo, por meio de requerimento apresentado pela Casa Civil do Estado de São Paulo através do ofício ATG/Ofício nº 092/2014-CC, solicitaram a prorrogação dos efeitos da Deliberação ARSESP nº 413, publicada no DOE em 20 de março de 2013, até a conclusão da revisão do Contrato celebrado entre a Prefeitura do Município de São Paulo, o Estado de São Paulo e a SABESP.

Por meio da Deliberação nº 488, de 7 de maio de 2014, a ARSESP manteve a suspensão da eficácia da Deliberação ARSESP nº 407, publicada em 22 de março de 2013, até serem conhecidos os resultados obtidos na revisão do Contrato celebrado entre a Prefeitura do Município de São Paulo, o Estado de São Paulo e a SABESP, postergando assim a autorização para o repasse na fatura dos serviços dos valores referentes aos encargos municipais, legalmente estabelecidos que, por força dos Contratos de Programa e Contratos de Prestação de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, devem ser considerados na Revisão Tarifária.

O contrato com o Município de São Paulo representa 44,58% da receita de serviços de saneamento da Companhia em 31 de dezembro de 2020 (44,48% em 31 de dezembro de 2019) o qual garante segurança jurídica e patrimonial à SABESP.

A Prefeitura Municipal de São Paulo e a Companhia não concluíram um acordo para o equacionamento das pendências financeiras existentes até a data da assinatura do Contrato, relacionadas à prestação dos serviços de fornecimento de água e esgotamento sanitário aos imóveis da Municipalidade, motivo pelo qual, a Companhia ajuizou as referidas contas, que estão reconhecidas nas perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Capitalização de juros e demais encargos financeiros

Em 2020, a Companhia capitalizou juros e variação monetária e cambial nos ativos intangíveis de concessão no valor de R\$ 238.330 (em 2019 – R\$ 233.251), durante o período de construção.

(e) Margem de construção

A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios. Dessa forma, a Companhia reconhece receita de construção, correspondente aos custos de construção adicionados de uma margem bruta.

Em geral as construções relacionadas com as concessões são realizadas por terceiros contratados pela Companhia. Nesse caso, a margem implícita para cobrir os custos de administração e a assunção do risco primário, é menor. Em 2020 e 2019 a margem apurada foi de 2,3%.

O valor da margem de construção para o ano de 2020 e de 2019 foi de R\$ 86.477 e R\$ 65.172, respectivamente.

(f) Desapropriações

Em decorrência da execução de obras prioritárias relacionadas aos sistemas de água e esgoto, houve necessidade de desapropriações em propriedades de terceiros, cujos proprietários serão ressarcidos por meios amigáveis ou judiciais.

Os custos dessas desapropriações são registrados nos ativos intangíveis de concessão quando concretizada a operação. Em 2020, o total referente às desapropriações foi de R\$ 33.136 (em 2019 – R\$ 34.681).

(g) Parceria Público-Privada - PPP

A SABESP possui transações relacionadas às PPPs mencionadas a seguir. Estas transações e suas respectivas garantias e obrigações estão suportadas em contratos efetuados com base na Lei nº 11.079/2004.

Sistema Produtor Alto Tietê

A SABESP e a sociedade de propósito específico CAB-Sistema Produtor Alto Tietê S/A (atual SPAT Saneamento S/A), formada pelas empresas Galvão Engenharia S/A e Companhia Águas do Brasil – CAB Ambiental, assinaram em junho de 2008, os contratos da Parceria Público-Privada do Sistema Produtor Alto Tietê.

O contrato de prestação de serviços tem prazo de 15 anos, com o propósito de ampliação da capacidade da Estação de Tratamento de Água de Taiaçupeba, de 10 para 15 mil litros por segundo, cuja operação iniciou-se em outubro de 2011.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o valor contábil registrado no intangível, relacionado a esta PPP, era de R\$ 287.645 e R\$ 348.586, respectivamente. Em 2020 e 2019 foi utilizada a taxa de desconto de 8,20% ao ano, para cálculo do ajuste a valor presente deste contrato.

A SABESP cede mensalmente à sociedade de propósito específico CAB – Sistema Produtor Alto Tietê S/A, recursos provenientes da arrecadação tarifária pela prestação dos serviços, no valor de R\$ 12.064, correspondente ao valor da remuneração mensal. O valor indicado acima é reajustado anualmente pelo IPC – FIPE e transita mensalmente em conta vinculada, conforme procedimento operacional constante nos contratos. No caso de não haver inadimplemento nas obrigações mensais da SABESP com a SPE, os recursos da conta vinculada são liberados para livre movimentação.

A garantia está efetiva desde o início da operação, e valerá até o término, rescisão, intervenção, encampação, caducidade da Concessão Administrativa, ou demais hipóteses de extinção previstas no Contrato de Concessão ou na legislação aplicável às concessões administrativas, inclusive na hipótese de falência ou extinção da SPE.

Sistema Produtor São Lourenço

A Companhia e a sociedade de propósito específico Sistema Produtor São Lourenço S/A, formada pelas empresas Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A e Construtora Andrade Gutierrez S/A, assinaram em agosto de 2013, os contratos de Parceria Público-Privada do Sistema Produtor São Lourenço.

Em maio de 2018, foi concluída a transferência do controle acionário da sociedade de propósito específico Sistema Produtor São Lourenço S/A para a CGGC Construtora do Brasil Ltda., anteriormente formada pelas empresas Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A e Construtora Andrade Gutierrez S/A.

O contrato tem como objetivo: (i) a construção de um sistema produtor de água que consiste principalmente de uma adutora de água que interligará Ibiúna a Barueri e de estação de captação de água em Ibiúna, estação de tratamento de água em Vargem Grande Paulista e reservatórios de água; e (ii) a prestação de serviços com prazo de 25 anos, com o propósito de prestação de serviços de operação do sistema de desidratação, secagem e disposição final do lodo, manutenção e obras do Empreendimento Sistema Produtor São Lourenço.

As obras foram iniciadas em abril de 2014 e a PPP - Sistema Produtor São Lourenço (SPSL) entrou em operação definitiva em 10 de julho de 2018.

Desde o início das operações, a Companhia cede mensalmente à sociedade de propósito específico Sistema Produtor São Lourenço S/A, recursos provenientes da arrecadação tarifária pela prestação dos serviços, no valor de R\$ 34.380, correspondente ao valor da remuneração mensal, acrescida de eventuais juros e encargos. Esse valor é reajustado anualmente pelo IPC - FIPE e transita mensalmente em conta vinculada, conforme procedimento operacional constante nos contratos. No caso de não haver inadimplemento nas obrigações mensais da Companhia com a SPE, os recursos da conta vinculada são liberados para livre movimentação.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A garantia passará a ser efetivada a partir do início da operação adequada do sistema contando com o devido aceite pela SABESP, e valerá até a ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos, o que ocorrer primeiro: (i) data de pagamento original da última parcela de juros/amortização do financiamento principal que a SPE vier a contrair para a consecução das obras; (ii) término, rescisão, intervenção, encampação, caducidade da Concessão Administrativa, ou demais hipóteses de extinção previstas no Contrato de Concessão ou na legislação aplicável às concessões administrativas, inclusive na hipótese de falência ou extinção da SPE.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o valor contábil registrado no intangível, relacionado a esta PPP, era de R\$ 3.065.445 e R\$ 3.235.008, respectivamente. A contabilização do ativo intangível foi apropriada de acordo com a evolução física da obra e a contrapartida é a conta Parceria Público-Privada – PPP, no passivo. Em 2020 foi utilizada a taxa de desconto de 7,80% ao ano, para cálculo do ajuste a valor presente deste contrato.

As obrigações assumidas pela Companhia, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, estão demonstradas no quadro a seguir:

	31 de dezembro de 2020			31 de dezembro de 2019		
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total do passivo	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total do passivo
Alto Tietê	59.429	149.726	209.155	44.003	208.217	252.220
São Lourenço	70.778	2.895.340	2.966.118	66.288	2.975.472	3.041.760
Total	130.207	3.045.066	3.175.273	110.291	3.183.689	3.293.980

(h) Amortização do Intangível

A taxa média de amortização foi de 4,7% e 4,2% em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, respectivamente.

(i) Licença de uso de software

As licenças de uso de software são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Foi implementado em 10 de abril de 2017, o Sistema Integrado de Gestão Empresarial (Enterprise Resource Planning – SAP ERP), que inclui o módulo administrativo/financeiro. A implantação do módulo comercial está em andamento.

A implantação do módulo comercial, sistema Net@Suíte, módulo comercial, está sendo executada em fases e teve início em agosto de 2019. Em 31 de dezembro de 2020 havia sido implantado em 17 municípios. A conclusão está prevista para dezembro de 2021.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(j) Direito de uso

A conta patrimonial de Direito de uso criada pela Companhia em 1º de janeiro de 2019, reflete a alteração exigida pela norma IFRS 16 / CPC 06 (R2), a qual requer que o arrendatário reconheça o ativo de direito de uso e o passivo dos arrendamentos, podendo não a aplicar aos de curto prazo e baixo valor. Para estes casos, a SABESP manteve em seu resultado, no período de janeiro a dezembro de 2020, os montantes de R\$ 3.157, R\$ 8.736 e R\$ 1.950 alocados em custos operacionais, despesas de vendas e despesas administrativas, respectivamente.

Natureza	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Arrendamentos - Ativo de Contrato	276.893	276.893
Arrendamentos - Contrato de Concessão e Programa		
Custo	405.426	405.426
Amortização acumulada	(135.865)	(112.602)
(=) Líquido	269.561	292.824
Outros ativos		
Veículos	115.208	91.709
Imóveis	15.508	13.309
Equipamentos	4.541	3.801
Outros ativos	6.525	4.414
Amortização acumulada	(99.106)	(42.535)
(=) Líquido	42.676	70.698
Direito de uso	589.130	640.415

O passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental sobre empréstimos. Vide informações sobre o passivo na Nota 17.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela a seguir demonstra o valor do impacto sobre o resultado da Companhia:

Impacto sobre o resultado		
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Amortização do direito de uso	(79.834)	(42.535)
Resultado financeiro – despesa de juros e variação monetária	(62.956)	(6.967)
Despesas de arrendamentos de curto prazo e baixo valor	(13.845)	(51.855)
Redução do lucro do exercício	<u>(156.635)</u>	<u>(101.357)</u>

(k) Contratos de Performance

A SABESP possui contratos para construção de ativos no modelo de performance, nos quais a contratada é remunerada pela entrega de resultado e não somente pela execução de obras.

Os contratos de performance possuem basicamente 3 fases: (i) implantação do escopo - construção do ativo; (ii) apuração da performance do ativo construído; e (iii) pagamento de parcelas fixas.

A Sabesp acompanha a realização do contrato e reconhece os ativos no momento em que os benefícios econômicos futuros serão gerados à Companhia e os custos possam ser mensurados com confiabilidade. O valor da performance compõe o custo do ativo, pois entrega um desempenho melhor e consequentemente benefícios econômicos futuros adicionais para a Companhia.

O limite a ser remunerado ao fornecedor é de 120% do valor base do contrato. Na maioria dos contratos, quando o percentual de performance mínima não é atingido, o valor a ser pago ao fornecedor será apenas dos materiais aplicados na construção dos ativos.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os saldos contábeis destes contratos registrados no ativo de contrato eram de R\$ 306.738 e R\$ 51.650 e no intangível de R\$ 265.940 e R\$ 127.410, respectivamente.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Imobilizado

(a) Saldos patrimoniais

	31 de dezembro de 2020				31 de dezembro de 2019			
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Taxa média depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Taxa média depreciação
Terrenos	94.213	-	94.213	-	92.962	-	92.962	-
Edificações	86.860	(41.513)	45.347	2,1%	82.143	(40.438)	41.705	2,1%
Equipamentos	372.103	(271.087)	101.016	14,8%	402.850	(250.577)	152.273	16,3%
Equipamentos de transporte	10.319	(7.350)	2.969	9,9%	8.946	(6.962)	1.984	9,9%
Móveis e utensílios	31.232	(13.813)	17.419	6,7%	31.365	(13.146)	18.219	6,7%
Outros	7.618	(331)	7.287	4,9%	7.559	(309)	7.250	5,0%
Total	602.345	(334.094)	268.251	11,2%	625.825	(311.432)	314.393	12,5%

(b) Movimentação

	31 de dezembro de 2019	Adições	Transferências	Baixas e alienações	Depreciação	31 de dezembro de 2020
Terrenos	92.962	-	1.251	-	-	94.213
Edificações	41.705	5.430	(713)	-	(1.075)	45.347
Equipamentos	152.273	26.055	(49.188)	(174)	(27.950)	101.016
Equipamentos de transporte	1.984	298	1.351	-	(664)	2.969
Móveis e utensílios	18.219	4.087	(3.712)	(103)	(1.072)	17.419
Outros	7.250	6.537	(6.446)	-	(54)	7.287
Total	314.393	42.407	(57.457)	(277)	(30.815)	268.251

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2018	Adições	Transferências	Baixas e alienações	Depreciação	31 de dezembro de 2019
Terrenos	92.979	-	(17)	-	-	92.962
Edificações	40.125	3.497	15	-	(1.932)	41.705
Equipamentos	116.086	63.216	3.149	(429)	(29.749)	152.273
Equipamentos de transporte	3.473	308	(1.117)	(2)	(678)	1.984
Móveis e utensílios	13.578	5.266	734	(162)	(1.197)	18.219
Outros	1.371	5.872	66	-	(59)	7.250
Total	267.612	78.159	2.830	(593)	(33.615)	314.393

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Empréstimos e Financiamentos

Saldo devedor de empréstimos e financiamentos

Instituição financeira

Em moeda nacional

	31 de dezembro de 2020			31 de dezembro de 2019		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Debêntures 10 ^a Emissão	-	-	-	41.021	-	41.021
Debêntures 12 ^a Emissão	45.450	158.425	203.875	45.450	203.829	249.279
Debêntures 14 ^a Emissão	51.873	24.205	76.078	41.940	63.012	104.952
Debêntures 17 ^a Emissão	91.850	183.335	275.185	289.211	263.226	552.437
Debêntures 18 ^a Emissão	45.918	135.105	181.023	34.239	133.679	167.918
Debêntures 21 ^a Emissão	175.000	174.769	349.769	150.000	349.660	499.660
Debêntures 22 ^a Emissão	99.969	678.149	778.118	-	765.689	765.689
Debêntures 23 ^a Emissão	-	864.678	864.678	-	864.603	864.603
Debêntures 24 ^a Emissão	-	414.994	414.994	-	395.855	395.855
Debêntures 25 ^a Emissão	1.442.610	-	1.442.610	-	-	-
Debêntures 26 ^a Emissão	-	1.047.767	1.047.767	-	-	-
Debêntures 27 ^a Emissão	-	997.000	997.000	-	-	-
Caixa Econômica Federal	90.382	1.324.459	1.414.841	83.519	1.341.660	1.425.179
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC	13.185	20.247	33.432	11.184	27.854	39.038
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9751	7.159	37.447	44.606	6.990	40.685	47.675
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9752	4.851	25.470	30.321	3.913	24.457	28.370
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ONDA LIMPA	26.751	86.809	113.560	23.704	100.582	124.286
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES TIETÊ III	86.823	542.519	629.342	52.874	383.191	436.065
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES 2015	33.558	454.126	487.684	31.712	460.646	492.358
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES 2014	5.143	23.017	28.160	4.659	25.411	30.070
Inter-American Development Bank - BID 2202	181.349	2.524.798	2.706.147	-	-	-
Inter-American Development Bank - BID INVEST	44.815	898.060	942.875	-	-	-
Arrendamento Mercantil (Contrato de Concessão, Contratos de Programa e Ativo de Contrato)	28.847	399.896	428.743	27.314	432.357	459.671
Arrendamento Mercantil (Outros)	36.576	9.300	45.876	51.088	23.365	74.453
Outros	3.778	11.382	15.160	1.665	8.207	9.872
Juros e Demais Encargos	158.918	-	158.918	77.460	-	77.460
Total em moeda nacional	2.674.805	11.035.957	13.710.762	977.943	5.907.968	6.885.911

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Saldo devedor de empréstimos e financiamentos	31 de dezembro de 2020			31 de dezembro de 2019		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Instituição financeira						
Em moeda estrangeira						
Inter-American Development Bank - BID 1212 – US\$ 51.390 mil (dez/19 – US\$61.668 mil)	53.412	213.649	267.061	41.428	207.140	248.568
Inter-American Development Bank - BID 2202 – (dez/19 – US\$510.573 mil)	-	-	-	128.623	1.914.298	2.042.921
Inter-American Development Bank - BID 4623 – US\$ 10.220 mil	-	46.474	46.474	-	-	-
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRDs 7662 e 8906 – US\$ 82.792 mil (dez/19 – US\$88.871 mil)	31.594	393.949	425.543	24.505	330.898	355.403
Eurobônus – (dez/19 – US\$350.000 mil)	-	-	-	1.409.921	-	1.409.921
JICA 15 – Iene 10.371.870 mil (dez/19 – Iene 11.524.300 mil)	58.117	464.936	523.053	42.813	385.315	428.128
JICA 18 – Iene 9.325.440 mil (dez/19 – Iene 10.361.600 mil)	52.253	417.846	470.099	38.493	346.237	384.730
JICA 17 – Iene 3.349.203 mil (dez/19 – Iene 2.830.420 mil)	11.260	156.738	167.998	12.466	91.845	104.311
JICA 19 – Iene 29.923.047 mil (dez/19 – Iene 31.736.565 mil)	91.456	1.415.683	1.507.139	67.372	1.109.644	1.177.016
BID 1983AB – US\$ 23.077 mil (dez/19 – US\$40.769 mil)	39.975	78.943	118.918	71.312	91.521	162.833
Juros e Demais Encargos	21.577	-	21.577	44.967	-	44.967
Total em moeda estrangeira	359.644	3.188.218	3.547.862	1.881.900	4.476.898	6.358.798
Total dos empréstimos e financiamentos	3.034.449	14.224.175	17.258.624	2.859.843	10.384.866	13.244.709

Cotação de 31 de dezembro de 2020: US\$ – R\$ 5,1967; Iene – R\$ 0,05043 (em 31 de dezembro de 2019: US\$ – R\$ 4,0307; Iene – R\$ 0,03715).

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia não possuía saldos de empréstimos e financiamentos, captados durante o ano, com vencimento em até 12 meses.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em moeda nacional	Garantias	Vencimento final	Taxa anual de juros	Atualização monetária
Debêntures 10ª Emissão	Recursos próprios	2020	TJLP + 1,92% (1ª e 3ª séries) e 9,53% (2ª série)	IPCA (2ª série)
Debêntures 12ª Emissão	Recursos próprios	2025	TR + 9,5%	
Debêntures 14ª Emissão	Recursos próprios	2022	TJLP + 1,92% (1ª e 3ª séries) e 9,19% (2ª série)	IPCA (2ª série)
Debêntures 17ª Emissão	Recursos próprios	2023	CDI + 0,75% (1ª série) e 4,5% (2ª série) e 4,75% (3ª série)	IPCA (2ª e 3ª séries)
Debêntures 18ª Emissão	Recursos próprios	2024	TJLP + 1,92 % (1ª e 3ª séries) e 8,25% (2ª série)	IPCA (2ª série)
Debêntures 21ª Emissão	Recursos próprios	2022	CDI + 0,60% (1ª série) e CDI+ 0,90% (2ª série)	
Debêntures 22ª Emissão	Recursos próprios	2025	CDI + 0,58% (1ª série) e CDI+ 0,90% (2ª série) e 6,0% (3ª série)	IPCA (3ª série)
Debêntures 23ª Emissão	Recursos próprios	2027	CDI + 0,49% (1ª série) e CDI+ 0,63% (2ª série)	
Debêntures 24ª Emissão	Recursos próprios	2029	3,20% (1ª série) e 3,37% (2ª série)	IPCA (1ª e 2ª séries)
Debêntures 25ª Emissão	Recursos próprios	2021	CDI + 3,30%	
Debêntures 26ª Emissão	Recursos próprios	2030	4,65% (1ª série) e 4,95% (2ª série)	IPCA (1ª e 2ª séries)
Debêntures 27ª Emissão	Recursos próprios	2027	CDI + 1,60% (1ª série) e CDI+ 1,80% (2ª série) e 2,25% (3ª série)	
Caixa Econômica Federal	Recursos próprios	2021/2042	5% a 9,5%	TR
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC	Recursos próprios	2023	TJLP + 1,82%	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9751	Recursos próprios	2027	TJLP + 1,72%	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9752	Recursos próprios	2027	TJLP + 1,72%	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ONDA LIMPA	Recursos próprios	2025	TJLP + 1,92%	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES TIETÊ III	Recursos próprios	2028	TJLP + 1,66%	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES 2015	Recursos próprios	2035	TJLP + 2,18%	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES 2014	Recursos próprios	2026	TJLP + 1,76%	
Inter-American Development Bank - BID 2202	Governo Federal	2035	CDI + 0,86%	
Inter-American Development Bank - BID INVEST	Recursos próprios	2034	CDI+ 1,90% e CDI 2,70%	
Arrendamento Mercantil (Contrato de Concessão, Contratos de Programa e Ativo de Contrato)		2035	7,73% a 10,12%	IPC
Arrendamento Mercantil (Outros)		2023	4,24% a 9,29%	
Outros	Recursos próprios	2025	3% (FEHIDRO) TJLP + 1,5% (FINEP)	

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em moeda estrangeira	Garantias	Vencimento final	Taxa anual de juros	Variação cambial
Inter-American Development Bank - BID 1212 – US\$51.390 mil	Governo Federal	2025	3,31% (*)	US\$
Inter-American Development Bank - BID 4623 – US\$10.220 mil	Governo Federal	2044	1,12% (*)	US\$
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRDS 7662 e 8906 – US\$82.792 mil	Governo Federal	2034	2,85% (*)	US\$
JICA 15 – Iene 10.371.870 mil	Governo Federal	2029	1,8% e 2,5%	Iene
JICA 18 – Iene 9.325.440 mil	Governo Federal	2029	1,8% e 2,5%	Iene
JICA 17 – Iene 3.349.203 mil	Governo Federal	2035	1,2% e 0,01%	Iene
JICA 19 – Iene 29.923.047 mil	Governo Federal	2037	1,7% e 0,01%	Iene
BID 1983AB – US\$23.077 mil	-	2023	2,08% a 2,38% (*)	US\$

(*) Taxas compostas pela LIBOR + *spread* definido contratualmente.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Cronograma de liquidação – saldos contábeis em 31 de dezembro de 2020

	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027 até 2044	TOTAL
EM MOEDA NACIONAL								
Debêntures	1.952.670	582.192	681.272	918.988	485.012	378.849	1.632.114	6.631.097
Caixa Econômica Federal	90.382	95.391	88.779	87.749	93.243	99.082	860.215	1.414.841
BNDES	177.470	177.472	171.350	164.288	144.093	134.841	397.591	1.367.105
BID 2202	181.349	181.349	181.349	181.349	181.349	181.349	1.618.053	2.706.147
BID INVEST	44.815	89.630	89.630	89.630	89.630	89.630	449.910	942.875
Arrendamento Mercantil (Contrato de Concessão, Contratos de Programa e Ativo de Contrato)	28.847	32.663	35.004	38.017	41.387	36.536	216.289	428.743
Arrendamento Mercantil (Outros)	36.576	8.892	408	-	-	-	-	45.876
Outros	3.778	4.038	3.977	1.757	1.610	-	-	15.160
Juros e Demais Encargos	158.918	-	-	-	-	-	-	158.918
TOTAL EM MOEDA NACIONAL	2.674.805	1.171.627	1.251.769	1.481.778	1.036.324	920.287	5.174.172	13.710.762
EM MOEDA ESTRANGEIRA								
BID	53.412	53.412	53.412	53.412	54.810	2.795	42.282	313.535
BIRD	31.594	31.594	31.594	31.594	31.594	31.594	235.979	425.543
JICA	213.086	213.086	213.086	213.086	213.086	213.086	1.389.773	2.668.289
BID 1983AB	39.975	39.975	38.968	-	-	-	-	118.918
Juros e Demais Encargos	21.577	-	-	-	-	-	-	21.577
TOTAL EM MOEDA ESTRANGEIRA	359.644	338.067	337.060	298.092	299.490	247.475	1.668.034	3.547.862
Total Geral	3.034.449	1.509.694	1.588.829	1.779.870	1.335.814	1.167.762	6.842.206	17.258.624

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Movimentação

	31 de dezembro de 2019	Conversão moeda estrangeira / nacional	Adição - arrendamento	Captações	Custos de captações	Variações monetárias e cambiais	Atualização / Variação cambial e Juros incorporados - Capitalizado	Juros pagos	Amortizações	Juros provisionados	Provisão de juros e taxas - Capitalizado	Despesas com custos de captações	31 de dezembro de 2020
EM MOEDA NACIONAL													
Debêntures	3.711.228	-	-	3.507.640	(52.328)	86.939	-	(161.494)	(572.871)	201.150	26.073	10.167	6.756.504
Caixa Econômica Federal	1.429.250	-	-	74.485	-	-	-	(111.601)	(84.821)	73.067	38.452	-	1.418.832
BNDES	1.201.411	-	-	213.514	-	-	-	(47.164)	(81.213)	47.668	36.427	259	1.370.902
BID 2202	-	2.807.371	-	-	-	-	-	(37.613)	(90.674)	22.668	27.886	557	2.730.195
BID INVEST	-	-	-	950.000	(7.125)	-	-	-	-	1.638	-	-	944.513
Arrendamento Mercantil (Contrato de Concessão, Contratos de Programa e Ativo de Contrato)	459.671	-	-	-	-	-	-	(51.431)	(30.928)	51.431	-	-	428.743
Arrendamento Mercantil (Outros)	74.453	-	28.549	-	-	-	-	(9.108)	(56.571)	8.553	-	-	45.876
Outros	9.898	-	-	7.250	-	-	-	(671)	(1.962)	651	31	-	15.197
TOTAL EM MOEDA NACIONAL	6.885.911	2.807.371	28.549	4.752.889	(59.453)	86.939	-	(419.082)	(919.040)	406.826	128.869	10.983	13.710.762
EM MOEDA ESTRANGEIRA													
BIDs	2.316.190	(2.807.371)	-	52.141	(6.635)	845.246	48.246	(45.010)	(121.088)	10.490	24.695	398	317.302
BIRD	357.880	-	-	-	(2.029)	102.029	1.217	(7.572)	(31.216)	5.659	752	140	426.860
Eurobônus	1.413.956	-	-	-	-	457.931	-	(104.170)	(1.868.676)	90.941	9.195	823	-
JICA	2.106.908	-	-	40.830	(117)	715.956	17.841	(43.758)	(200.597)	40.172	6.897	189	2.684.321
BID 1983AB	163.864	-	-	-	(152)	59.078	-	(7.033)	(103.482)	5.843	618	643	119.379
TOTAL EM MOEDA ESTRANGEIRA	6.358.798	(2.807.371)	-	92.971	(8.933)	2.180.240	67.304	(207.543)	(2.325.059)	153.105	42.157	2.193	3.547.862
Total Geral	13.244.709	-	28.549	4.845.860	(68.386)	2.267.179	67.304	(626.625)	(3.244.099)	559.931	171.026	13.176	17.258.624

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2018	Adição conforme IFRS 16	Captações	Custos de captações	Variações monetárias e cambiais	Atualização / Variação cambial e Juros incorporados - Capitalizado	Juros pagos	Amortizações	Juros provisionados	Provisão de juros e taxas - Capitalizado	Despesas com custos de captações	31 de dezembro de 2019
EM MOEDA NACIONAL												
Debêntures	3.486.861	-	1.266.755	(11.814)	42.692	-	(234.307)	(1.055.623)	195.586	17.233	3.845	3.711.228
Caixa Econômica Federal	1.345.684	-	162.767	-	-	-	(109.128)	(79.404)	74.421	34.910	-	1.429.250
BNDES	1.072.605	-	256.981	(628)	2.082	826	(83.419)	(131.026)	60.644	23.112	234	1.201.411
Arrendamento Mercantil (Contrato de Concessão, Contratos de Programa e Ativo de Contrato)	568.666	-	-	-	1.765	3.761	(47.663)	(123.880)	49.160	7.862	-	459.671
Arrendamento Mercantil (Outros) (*)	-	113.233	-	-	-	-	(1.141)	(42.646)	5.007	-	-	74.453
Outros	9.571	-	1.683	-	28	-	(655)	(1.383)	652	2	-	9.898
TOTAL EM MOEDA NACIONAL	6.483.387	113.233	1.688.186	(12.442)	46.567	4.587	(476.313)	(1.433.962)	385.470	83.119	4.079	6.885.911
EM MOEDA ESTRANGEIRA												
BID	2.399.985	-	-	-	40.594	49.387	(83.602)	(171.892)	26.332	54.431	955	2.316.190
BIRD	356.420	-	2.540	(2.540)	12.575	1.657	(10.627)	(12.273)	8.548	1.561	19	357.880
Deutsche Bank	292.872	-	-	-	13.255	-	(18.562)	(303.866)	12.929	1.240	2.132	-
Eurobônus	1.358.412	-	-	-	54.565	-	(102.883)	-	94.095	8.943	824	1.413.956
JICA	2.036.128	-	117.861	(112)	104.027	3.675	(35.001)	(155.064)	32.194	3.013	187	2.106.908
BID 1983AB	225.592	-	-	(105)	8.943	-	(10.338)	(71.141)	9.111	870	932	163.864
TOTAL EM MOEDA ESTRANGEIRA	6.669.409	-	120.401	(2.757)	233.959	54.719	(261.013)	(714.236)	183.209	70.058	5.049	6.358.798
Total Geral	13.152.796	113.233	1.808.587	(15.199)	280.526	59.306	(737.326)	(2.148.198)	568.679	153.177	9.128	13.244.709

(*) O valor apresentado em captações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16) contempla R\$ 64.955 referente à adoção inicial da norma em 1º de janeiro de 2019, vide Nota 4.1.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Principais eventos ocorridos no exercício de 2020

(i) Debêntures

Em janeiro de 2020 ocorreu a amortização da última parcela da 2ª série da 17ª emissão de debêntures no valor de R\$ 291,8 milhões.

Em abril de 2020 foi realizada a 25ª emissão de debêntures, no montante de R\$ 1.450.000, da seguinte forma:

	Valor	Vencimento	Remuneração
Série única	R\$ 1.450.000	10/2021	CDI + 3,3% a.a.

Em julho de 2020 foi realizada a 26ª emissão de debêntures, no montante de R\$ 1.045.000, da seguinte forma:

	Valor	Vencimento	Remuneração
1ª série	R\$ 600.000	07/2027	IPCA+ 4,65% a.a.
2ª série	R\$ 445.000	07/2030	IPCA+ 4,95% a.a.

Em dezembro de 2020 foi realizada a 27ª emissão de debêntures, no montante de R\$ 1.000.000, da seguinte forma:

	Valor	Vencimento	Remuneração
1ª série	R\$ 300.000	12/2023	CDI+ 1,60% a.a.
2ª série	R\$ 400.000	12/2025	CDI+ 1,80% a.a.
3ª série	R\$ 300.000	12/2027	CDI+ 2,25% a.a.

- Os *covenants* pactuados para a 25ª, 26ª e 27ª Emissões de Debêntures são:

Calculados trimestralmente, quando da divulgação das informações trimestrais ou demonstrações financeiras anuais:

- Dívida líquida em relação ao EBITDA ajustado deve ser menor ou igual a 3,50;
- EBITDA ajustado em relação às despesas financeiras pagas deve ser igual ou superior a 1,5;
- Alienação de ativos operacionais, extinção de licença, perda de concessão ou perda de capacidade da Emissora para a execução e operação dos serviços públicos de saneamento básico em áreas do território do Estado de São Paulo que, consideradas isoladamente ou em conjunto durante a vigência do contrato, resultem em uma redução da receita líquida de vendas e/ou serviços da Emissora superior a 25% (vinte e cinco por cento). O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente, levando-se em conta as receitas operacionais líquidas da Emissora durante os 12 (doze) meses anteriores ao encerramento de cada trimestre e utilizando-se as informações financeiras divulgadas pela Emissora.

O não cumprimento das cláusulas de *covenants*, por no mínimo dois trimestres consecutivos, ou ainda por dois trimestres não consecutivos dentro de um período de doze meses, levará ao vencimento antecipado do contrato (não se aplicando a esta hipótese o período de cura de 30 dias).

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os contratos possuem cláusula de cross acceleration, ou seja, o vencimento antecipado de quaisquer dívidas da Companhia, em montante individual ou agregado igual ou superior a R\$ 155 milhões para as 25ª e 26ª Emissões e R\$ 160 milhões para a 27ª Emissão, corrigidos pela variação do IPCA a partir da data de emissão, constitui-se em evento de inadimplemento que pode levar ao vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

(ii) BID

Em maio de 2020 a Companhia realizou a troca de moeda estrangeira para moeda nacional do contrato BID 2202 no montante de R\$ 2.810.907 (US\$ 494.617 mil). A taxa de câmbio utilizada foi de R\$ 5,683 para a composição do saldo da dívida. A taxa de juros passou a ser CDI + 0,86% a.a., com pagamento semestral de principal e juros, o qual teve início em 3 de setembro de 2020.

Em dezembro de 2020 ocorreu a captação do BID INVEST, no montante de R\$ 950.000, da seguinte forma:

	Valor	Vencimento	Remuneração
Tranche - Médio Prazo	R\$ 442.000	08/2029	CDI + 1,90% a.a.
Tranche - Longo Prazo	R\$ 508.000	08/2034	CDI + 2,70% a.a.

- Os *covenants* pactuados para o BID INVEST são:

- Dívida líquida em relação ao EBITDA ajustado deve ser igual ou inferior a 3,50;
- EBITDA ajustado em relação às despesas financeiras pagas deve ser igual ou superior a 2,35;

Deverão ser mantidos durante 2 (dois) trimestres consecutivos ou não durante qualquer período de 4 (quatro) trimestres consecutivos.

(iii) Eurobônus

Em 30 de setembro de 2020 ocorreu a amortização integral antecipada do empréstimo, no valor de R\$ 1.910.124 (US\$ 357.763 mil), referente ao valor principal mais os encargos, cujo vencimento inicial era dezembro de 2020.

(b) Arrendamento mercantil

A Companhia possui contratos de obras firmados na modalidade Locação de Ativos. Durante o período de construção, os custos das obras são capitalizados ao ativo de contrato e o valor do arrendamento é registrado na mesma proporção.

Após a entrada em operação é iniciado o período de pagamento do arrendamento (240 parcelas mensais), cujo valor é periodicamente corrigido pelo índice de preços contratado.

Nesta rubrica também são registrados os valores a pagar pelos direitos de uso de ativos (Nota 15 (j)).

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Compromissos financeiros – *Covenants*

A tabela a seguir mostra as cláusulas mais restritivas em 31 de dezembro de 2020.

	Cláusulas restritivas
EBITDA Ajustado / Despesa Financeira Ajustada	Igual ou superior a 2,80
Dívida Líquida Ajustada / EBITDA Ajustado	Igual ou inferior a 3,80
Dívida Total Ajustada / EBITDA Ajustado	Inferior a 3,65
Outras Dívidas Onerosas ⁽¹⁾ / EBITDA Ajustado	Igual ou inferior a 1,30
Liquidez Corrente Ajustada	Superior a 1,00
EBITDA / Despesa Financeira Paga	Igual ou superior a 2,35
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado	Igual ou inferior a 3,50

(1) "Outras Dívidas Onerosas" é igual ao somatório das obrigações previdenciárias e plano de assistência médica, parcelamento de dívidas tributárias e parcelamento de dívidas com o fornecedor de energia elétrica.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia cumpriu os requisitos vigentes em seus contratos de empréstimos e financiamentos.

(d) Empréstimos e financiamentos contratados e ainda não utilizados

Agente	31 de dezembro de 2020
	(em milhões de Reais (*))
Caixa Econômica Federal	1.485
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	708
Banco Japonês para Cooperação Internacional – JICA	85
Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID	1.506
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD	1.296
Outros	51
TOTAL	5.131

(*) Utilizada cotação do Banco Central do Brasil de fechamento de venda na data de 31 de dezembro de 2020 (US\$ 1,00 = R\$ 5,1967; ¥ 1,00 = R\$ 0,05043).

Os recursos dos financiamentos contratados possuem propósitos específicos, sendo liberados para a execução de seus respectivos investimentos, de acordo com o andamento das obras.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Impostos e contribuições

(a) Ativo circulante

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Impostos a recuperar		
Imposto de renda e contribuição social	-	136.436
IRRF sobre aplicações financeiras	4.391	1.359
Outros tributos federais	18.281	3.471
Total	22.672	141.266

(b) Passivo circulante

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Impostos e contribuições a recolher		
Imposto de renda e contribuição social	69.041	-
Cofins e Pasep	93.601	94.027
INSS	37.599	39.404
IRRF	21.287	69.932
Outros	45.291	46.955
Total	266.819	250.318

19 Impostos e contribuições diferidos

(a) Saldos patrimoniais

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Impostos diferidos ativo		
Provisões	436.445	366.673
Obrigações previdenciárias – G1	154.498	157.998
Doações de ativos relacionados aos contratos de concessão	50.142	51.818
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	155.719	145.622
Outros	134.932	183.147
Total do ativo fiscal diferido	931.736	905.258

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Impostos diferidos passivo		
Diferença temporária sobre concessão de ativo intangível	(388.675)	(408.732)
Capitalização de custos de empréstimos	(390.211)	(409.236)
Lucro sobre o fornecimento a órgãos públicos	(356.513)	(372.289)
Ganho atuarial – Plano G1	(48.979)	(54.222)
Margem de construção	(48.843)	(83.399)
Custas de captação	(19.231)	(11.376)
Total do passivo fiscal diferido	(1.252.452)	(1.339.254)
Passivo fiscal diferido líquido	(320.716)	(433.996)

(b) Realização

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Impostos diferidos ativo		
a ser realizado em até 12 meses	263.580	189.740
a ser realizado depois de um ano	668.156	715.518
Total do ativo fiscal diferido	931.736	905.258
Impostos diferidos passivo		
a ser realizado em até 12 meses	(31.388)	(35.954)
a ser realizado depois de um ano	(1.221.064)	(1.303.300)
Total do passivo fiscal diferido	(1.252.452)	(1.339.254)
Passivo fiscal diferido	(320.716)	(433.996)

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Movimentação

	31 de dezembro de 2019	Variação líquida	31 de dezembro de 2020
Impostos diferidos ativo			
Provisões	366.673	69.772	436.445
Obrigações previdenciárias – G1	157.998	(3.500)	154.498
Doações de ativos relacionados aos contratos de concessão	51.818	(1.676)	50.142
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	145.622	10.097	155.719
Outros	183.147	(48.215)	134.932
Total	905.258	26.478	931.736
 Impostos diferidos passivo			
Diferença temporária sobre concessão de ativo intangível	(408.732)	20.057	(388.675)
Capitalização de custos de empréstimos	(409.236)	19.025	(390.211)
Lucro sobre o fornecimento a órgãos públicos	(372.289)	15.776	(356.513)
Ganho atuarial – G1	(54.222)	5.243	(48.979)
Margem de construção	(83.399)	34.556	(48.843)
Custas de captação	(11.376)	(7.855)	(19.231)
Total	(1.339.254)	86.802	(1.252.452)
 Passivo fiscal diferido líquido	(433.996)	113.280	(320.716)

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2018	Variação líquida	31 de dezembro de 2019
Impostos diferidos ativo			
Provisões	337.833	28.840	366.673
Obrigações previdenciárias – G1	157.044	954	157.998
Doações de ativos relacionados aos contratos de concessão	54.131	(2.313)	51.818
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	197.920	(52.298)	145.622
Outros	186.887	(3.740)	183.147
Total	933.815	(28.557)	905.258
Impostos diferidos passivo			
Diferença temporária sobre concessão de ativo intangível	(433.842)	25.110	(408.732)
Capitalização de custos de empréstimos	(420.978)	11.742	(409.236)
Lucro sobre o fornecimento a órgãos públicos	(206.978)	(165.311)	(372.289)
Ganho atuarial – G1	(36.430)	(17.792)	(54.222)
Margem de construção	(86.164)	2.765	(83.399)
Custas de captação	(10.665)	(711)	(11.376)
Total	(1.195.057)	(144.197)	(1.339.254)
Passivo fiscal diferido líquido	(261.242)	(172.754)	(433.996)

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Saldo inicial	(433.996)	(261.242)
Variação líquida no ano:		
- contrapartida na demonstração de resultado	108.037	(154.962)
- contrapartida em ajuste de avaliação patrimonial (Nota 21 (b))	5.243	(17.792)
Total da variação líquida	113.280	(172.754)
Saldo final	(320.716)	(433.996)

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Conciliação da alíquota efetiva de imposto

Os valores registrados como despesas de imposto de renda e contribuição social nas demonstrações financeiras estão conciliados com as alíquotas nominais previstas em lei, conforme demonstrado a seguir:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Lucro antes dos impostos	1.326.002	4.677.942
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa esperada à taxa nominal	(450.841)	(1.590.500)
Benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio	126.604	312.339
Diferenças permanentes		
Provisão Lei nº 4.819/1958 – G0 (i)	(37.675)	(44.426)
Doações	(8.672)	(19.888)
Outras diferenças	17.900	32.050
Imposto de renda e contribuição social	(352.684)	(1.310.425)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(460.721)	(1.155.463)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	108.037	(154.962)
Alíquota efetiva	27%	28%

(i) Diferença permanente relativa a provisão da obrigação atuarial (Nota 21 (b) (ii)).

20 Provisões

(a) Processos e ações que resultam em provisões

(I) Saldos patrimoniais

A Companhia é parte em uma série de ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal dos negócios, incluindo processos de naturezas cíveis, tributárias, trabalhistas e ambientais. A Administração reconhece provisões de forma consistente com os critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na Nota 3.14. O prazo e os montantes dos pagamentos são determinados pelo resultado desses processos.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2020			31 de dezembro de 2019		
	Provisões	Depósitos judiciais vinculados	Provisões líquidas de depósitos	Provisões	Depósitos judiciais vinculados	Provisões líquidas de depósitos
Ações com clientes (i)	160.705	(10.553)	150.152	253.665	(9.973)	243.692
Ações com fornecedores (ii)	410.734	(358)	410.376	153.654	(298)	153.356
Outras questões cíveis (iii)	86.083	(2.505)	83.578	93.910	(16.496)	77.414
Ações tributárias (iv)	59.678	(2.410)	57.268	59.143	(3.518)	55.625
Ações trabalhistas (v)	316.880	(15.503)	301.377	325.129	(12.329)	312.800
Ações ambientais (vi)	249.582	(31)	249.551	192.950	(29)	192.921
Total	1.283.662	(31.360)	1.252.302	1.078.451	(42.643)	1.035.808
Circulante	760.209	-	760.209	550.247	-	550.247
Não circulante	523.453	(31.360)	492.093	528.204	(42.643)	485.561

(II) Movimentação

	31 de dezembro de 2019	Provisões adicionais	Juros e atualização monetária	Valores utilizados da provisão	Valores não utilizados (reversão)	31 de dezembro de 2020
Ações com clientes (i)	253.665	16.465	19.638	(78.640)	(50.423)	160.705
Ações com fornecedores (ii)	153.654	149.566	201.259	(68.801)	(24.944)	410.734
Outras questões cíveis (iii)	93.910	15.944	11.109	(23.009)	(11.871)	86.083
Ações tributárias (iv)	59.143	4.333	2.737	(1.875)	(4.660)	59.678
Ações trabalhistas (v)	325.129	61.782	35.541	(61.039)	(44.533)	316.880
Ações ambientais (vi)	192.950	35.392	27.718	-	(6.478)	249.582
Subtotal	1.078.451	283.482	298.002	(233.364)	(142.909)	1.283.662
Depósitos judiciais vinculados	(42.643)	(12.907)	(2.225)	18.675	7.740	(31.360)
Total	1.035.808	270.575	295.777	(214.689)	(135.169)	1.252.302

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2018	Provisões adicionais	Juros e atualização monetária	Valores utilizados da provisão	Valores não utilizados (reversão)	31 de dezembro de 2019
Ações com clientes (i)	290.649	57.314	53.929	(99.379)	(48.848)	253.665
Ações com fornecedores (ii)	67.985	54.223	102.686	(42.948)	(28.292)	153.654
Outras questões cíveis (iii)	98.302	28.888	18.713	(9.766)	(42.227)	93.910
Ações tributárias (iv)	63.335	11.821	2.918	(4.982)	(13.949)	59.143
Ações trabalhistas (v)	302.935	167.995	61.483	(112.084)	(95.200)	325.129
Ações ambientais (vi)	170.419	42.198	24.358	(312)	(43.713)	192.950
Subtotal	993.625	362.439	264.087	(269.471)	(272.229)	1.078.451
Depósitos judiciais vinculados	(100.763)	(14.051)	(11.844)	19.191	64.824	(42.643)
Total	892.862	348.388	252.243	(250.280)	(207.405)	1.035.808

(b) Processos considerados passivos contingentes

A Companhia é parte integrante em ações judiciais e processos administrativos referentes a questões ambientais, tributárias, cíveis e trabalhistas, as quais são consideradas como passivos contingentes nas demonstrações financeiras, por não esperar que saídas de recursos sejam requeridas ou que o montante das obrigações não possa ser mensurado com suficiente confiabilidade. Os passivos contingentes, líquidos de depósitos judiciais, estão assim representados:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Ações com clientes (i)	110.508	86.061
Ações com fornecedores (ii)	1.350.308	1.986.736
Outras questões cíveis (iii)	758.800	679.623
Ações tributárias (iv)	1.253.636	1.184.811
Ações trabalhistas (v)	1.005.648	631.364
Ações ambientais (vi)	5.981.837	4.864.894
Total	10.460.737	9.433.489

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Explicação sobre as naturezas das principais classes de processos

(i) Ações com clientes

Aproximadamente 690 ações (em 31 de dezembro de 2019 – 680 ações) estavam ajuizadas por clientes comerciais que pleiteiam que suas tarifas deveriam ser iguais às de outras categorias de consumidores, 310 ações (em 31 de dezembro de 2019 – 320 ações) nas quais clientes pleiteavam a redução da tarifa de esgotos em função de perdas ocorridas no sistema, requerendo, em consequência, a devolução de valores cobrados pela Companhia e 30 ações (em 31 de dezembro de 2019 – 30 ações) nas quais clientes pleiteiam a redução de tarifa, com o enquadramento na categoria Entidade de Assistência Social. O decréscimo de R\$ 93.540 ocorrido nas provisões de ações com clientes está relacionado, principalmente, às decisões favoráveis e revisões de expectativas decorrentes de decisões judiciais ocorridas no período.

(ii) Ações com fornecedores

Estas ações foram ajuizadas por alguns fornecedores alegando pagamento a menor de ajustes de atualização monetária e desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, e estão em tramitação nas diversas esferas judiciais. O acréscimo de R\$ 257.020 ocorrido nos processos provisionados está relacionado, principalmente, às revisões de expectativas decorrentes de decisões judiciais ocorridas no período. O decréscimo de R\$ 636.428 ocorrido nos processos considerados como passivos contingentes está relacionado, principalmente, às atualizações e revisões de estimativas de processos em andamento.

(iii) Outras questões cíveis

Referem-se, principalmente, às indenizações por danos materiais, morais e lucros cessantes alegadamente causados a terceiros, tais como acidentes de veículos, sinistros, questionamentos sobre a metodologia de cobrança de tarifas, entre outros, que se encontram em diversas instâncias judiciais.

(iv) Ações Tributárias

Referem-se, principalmente, à cobrança de tributos e multas de postura geral, questionadas em virtude da discordância quanto a autuação ou divergência de interpretação da legislação por parte da Administração da Companhia. O acréscimo de R\$ 68.825 ocorrido nos processos considerados como passivos contingentes está relacionado, principalmente, às atualizações e revisões de estimativas de processos em andamento.

O Município de São Paulo, por meio de lei, revogou a isenção do imposto sobre serviços que até então a Companhia detinha e na sequência efetuou autuações relativas ao serviço de esgotamento sanitário e sobre atividades meio, em um montante atualizado de R\$ 731.809 (em 31 de dezembro de 2019 – R\$ 664.669), que atualmente são objeto de três executivos fiscais. A SABESP impetrou mandado de segurança contra a revogação, que teve a segurança denegada. Ajuizou ainda medidas cautelares e ações anulatórias, visando a suspensão da exigibilidade dos créditos e a nulidade das autuações, por entender que, não obstante a revogação da isenção, as atividades relativas ao esgotamento sanitário e às atividades meio não estão no rol das atividades passíveis de serem tributadas pelo município. Houve recurso de apelação, cujo acórdão foi favorável à Companhia. Pendente recurso especial e extraordinário do Município. A Companhia considerou o processo como passivo contingente.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(v) Ações Trabalhistas

A Companhia está envolvida em diversas ações trabalhistas, tais como questões referentes a horas-extras, escala de revezamento, adicionais de insalubridade e periculosidade, aviso-prévio, desvio de função, equiparação salarial, terceirização de serviços e outros pleitos, que se encontram em diversas instâncias judiciais. O acréscimo de R\$ 374.284 ocorrido nos processos considerados como passivos contingentes está relacionado, principalmente, às atualizações e revisões de estimativas de processos em andamento.

(vi) Ações Ambientais

Referem-se a diversos processos administrativos e judiciais instaurados por órgãos públicos, inclusive pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) e pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, que objetivam algumas obrigações de fazer e não fazer, com previsão de multa pelo descumprimento, além da imposição de indenizações por danos ambientais alegadamente causados pela Companhia. O acréscimo de R\$ 56.630 ocorrido nos processos provisionados está relacionado, principalmente, às revisões de expectativas decorrentes de decisões judiciais ocorridas no período. O acréscimo de R\$ 1.116.943 ocorrido nos processos considerados como passivos contingentes está relacionado, principalmente, às atualizações e revisões de estimativas de processos em andamento.

Os principais objetos nos quais a Companhia está envolvida são: a) lançar ou deixar cair o esgoto sem o devido tratamento; b) investir no sistema de tratamento de água e esgoto do município, sob pena de pagamento de multa; c) pagamento de indenização pelos danos ambientais; dentre outros.

(d) Outros processos relacionados às concessões

A Companhia é parte em processos relacionados às concessões, onde discute questões indenizatórias pela retomada dos serviços de saneamento por alguns municípios ou pelo direito de continuar explorando os referidos serviços.

O valor reconhecido em indenizações a receber, no ativo não circulante, referente aos municípios de Cajobi, Macatuba, Álvares Florence, Embaúba, Araçoiaba da Serra e Itapira era de R\$ 27.539 em 31 de dezembro de 2020 (em 31 de dezembro de 2019 R\$ 114.335, considerando também os municípios de Mauá e Tuiuti), sendo registradas perdas estimadas de montante integral. Nenhum dos municípios mencionados é operado pela Companhia. Quando algum município obtém êxito final na justiça lhe assegurando a reintegração de posse e operação dos serviços de saneamento, a legislação brasileira prevê a indenização dos investimentos efetuados pela Companhia.

(e) Processos Ambientais com Acordos firmados

A Companhia firmou, durante o exercício de 2020, acordo judicial no montante de R\$ 272.055. Desse valor, R\$ 270.505 está relacionado à execução de obras e R\$ 1.550 relacionados às compensações ambientais, este último, registrado como “outras obrigações”.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Seguro garantia

A Companhia renovou seguro para emissão de apólice na modalidade de seguro judicial em 25 de maio de 2020, com vigência de 1 ano, no montante de R\$ 500.000. A finalidade desse seguro é a utilização em demandas judiciais uma vez que, ao invés do desembolso de numerário imediato por parte da Companhia, é utilizada a garantia dada pelo seguro até a conclusão desses processos judiciais, limitado ao período de até cinco anos.

Durante o ano de 2020, a Companhia utilizou o valor de R\$ 121.469 (R\$ 126.385 em 2019).

Do montante utilizado em 2020, R\$ 81.635 pertence ao contrato vigente, restando R\$ 418.365.

21 Benefícios a funcionários

(a) Plano de saúde – Assistência Médica

Desde 1º de agosto de 2019 estão em vigor os Planos de Saúde administrados pela Fundação CESP (VIVEST), em substituição aos anteriores administrados pela SABESPREV.

O benefício assistencial passou a ser na modalidade pós-pagamento, permanecendo a premissa de livre escolha, mantido por contribuições da patrocinadora e empregados. No ano de 2020 a Companhia participou em média com 7,79% da folha bruta de salários, totalizando R\$ 212.681 (no ano de 2019 foi 9,3% totalizando R\$ 237.898).

(b) Obrigações previdenciárias

A Companhia possui Planos de Benefício Pós-Emprego nas modalidades: Benefício Definido (BD) – G1 (i) e G0 (ii); e Contribuição Definida (CD) – Sabesprev Mais (iii) e VIVEST (iv). A conciliação dos custos e despesas com tais planos está demonstrada no item (v).

Demonstrações dos planos de benefício definido

Resumo das obrigações previdenciárias - Passivo

	31 de dezembro de 2020			31 de dezembro de 2019		
	Plano G1	Plano G0	Total	Plano G1	Plano G0	Total
Valor presente das obrigações de benefício definido	(3.112.980)	(2.549.541)	(5.662.521)	(3.067.094)	(3.046.255)	(6.113.349)
Valor justo dos ativos do plano	2.793.927	-	2.793.927	2.752.417	-	2.752.417
Total das obrigações previdenciárias (déficit)	(319.053)	(2.549.541)	(2.868.594)	(314.677)	(3.046.255)	(3.360.932)

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação do Passivo

	31 de dezembro de 2020			31 de dezembro de 2019		
	Plano G1	Plano G0	Total	Plano G1	Plano G0	Total
Passivos do plano						
Obrigação de benefício definido, início do exercício	(3.067.094)	(3.046.255)	(6.113.349)	(2.532.338)	(2.606.107)	(5.138.445)
Custo do serviço corrente	(40.404)	-	(40.404)	(47.001)	(227.367)	(274.368)
Custo dos juros	(208.485)	(206.262)	(414.747)	(224.429)	-	(224.429)
Ganhos/(perdas) atuarias contabilizados como ajustes de avaliação patrimonial	64.637	521.331	585.968	(392.876)	(397.597)	(790.473)
Benefícios pagos	138.366	181.645	320.011	129.550	184.816	314.366
Obrigação de benefício definido, final do exercício	(3.112.980)	(2.549.541)	(5.662.521)	(3.067.094)	(3.046.255)	(6.113.349)
Ativos do plano						
Valor justo dos ativos do plano, início do exercício	2.752.417	-	2.752.417	2.168.436	-	2.168.436
Rentabilidade esperada dos ativos do plano	187.317	-	187.317	192.965	-	192.965
Contribuições da Companhia	36.010	-	36.010	36.968	-	36.968
Contribuições dos participantes	36.608	-	36.608	38.391	-	38.391
Benefícios pagos	(138.366)	-	(138.366)	(129.549)	-	(129.549)
Ganhos/(perdas) atuarias contabilizados como ajustes de avaliação patrimonial	(80.059)	-	(80.059)	445.206	-	445.206
Valor justo dos ativos do plano, final do exercício	2.793.927	-	2.793.927	2.752.417	-	2.752.417
Total das obrigações previdenciárias (déficit)	(319.053)	(2.549.541)	(2.868.594)	(314.677)	(3.046.255)	(3.360.932)

Movimentação do patrimônio líquido – Ajuste de avaliação patrimonial

A Companhia, em atendimento ao CPC33 (R1) e à IAS19, reconhece os ganhos/(perdas) decorrentes de alterações de premissas atuariais no patrimônio líquido, como ajuste de avaliação patrimonial, conforme demonstrado a seguir:

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Em 31 de dezembro de 2020			Em 31 de dezembro de 2019		
	Plano G1	Plano G0	Total	Plano G1	Plano G0	Total
Ganhos/(perdas) atuariais sobre as obrigações	64.637	521.331	585.968	(392.876)	(397.597)	(790.473)
Ganhos/(perdas) nos ativos financeiros	(80.059)	-	(80.059)	445.206	-	445.206
Total dos ganhos/(perdas)	(15.422)	521.331	505.909	52.330	(397.597)	(345.267)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.243	-	5.243	(17.792)	-	(17.792)
Ajuste de avaliação patrimonial	(10.179)	521.331	511.152	34.538	(397.597)	(363.059)

Movimentação do resultado do exercício

	31 de dezembro de 2020			31 de dezembro de 2019		
	Plano G1	Plano G0	Total	Plano G1	Plano G0	Total
Custo do serviço líquido	4.608	-	4.608	8.609	227.367	235.976
Custo dos juros	208.485	206.262	414.747	224.429	-	224.429
Rentabilidade esperada dos ativos do plano	(187.317)	-	(187.317)	(192.965)	-	(192.965)
Valor recebido do Estado de São Paulo (incontroverso)	-	(95.452)	(95.452)	-	(97.300)	(97.300)
Total dos gastos	25.776	110.810	136.586	40.073	130.067	170.140

Perfil de vencimento das obrigações

	31 de dezembro de 2020	
	Plano G1	Plano G0
Pagamento de benefícios esperados em 2021	177.347	169.178
Pagamento de benefícios esperados em 2022	172.477	167.263
Pagamento de benefícios esperados em 2023	167.906	164.426
Pagamento de benefícios esperados em 2024	162.648	160.721
Pagamento de benefícios esperados em 2025 ou posterior	2.432.602	1.887.953
Total	3.112.980	2.549.541
Duration	11,88 anos	9,40 anos

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Premissas atuariais utilizadas

	31 de dezembro de 2020		31 de dezembro de 2019	
	Plano G1	Plano G0	Plano G1	Plano G0
Taxa de desconto real (NTN-B)	3,44% a.a.	3,07% a.a.	3,37% a.a.	3,36% a.a.
Taxa de inflação	3,25% a.a.	3,25% a.a.	3,5% a.a.	3,5% a.a.
Taxa nominal de crescimento salarial	5,32% a.a.	5,32% a.a.	5,57% a.a.	5,57% a.a.
Tábua de mortalidade	AT-2000 (Segregado por sexo)	AT-2000 (Segregado por sexo)	AT-2000 (Segregado por sexo)	AT-2000 (Segregado por sexo)

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade às mudanças nas principais premissas ponderadas do passivo total do plano de pensão de benefício definido, em 31 de dezembro de 2020, é:

Premissa	Alteração na premissa	Impacto sobre o valor presente das obrigações de benefício definido	
		G1	G0
Taxa de desconto	Aumento de 1,0%	Redução de R\$ 322.111	Redução de R\$ 214.482
	Redução de 1,0%	Aumento de R\$ 388.571	Aumento de R\$ 249.611
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	Aumento de R\$ 83.576	Aumento de R\$ 135.263
	Redução de 1 ano	Redução de R\$ 75.824	Redução de R\$ 118.909
Taxa de crescimento salarial	Aumento de 1,0%	Aumento de R\$ 29.598	Aumento de R\$ 310.103
	Redução de 1,0%	Redução de R\$ 25.173	Redução de R\$ 271.853

(i) Plano G1

Administrado pela SABESPREV, este plano de benefício definido financiado ("Plano G1"), fechado para novas adesões desde julho de 2010, recebe contribuições paritárias estabelecidas em plano de custeio do estudo atuarial da SABESPREV, sendo:

- 0,99% da parte do salário de participação até 20 salários unitários; e
- 8,39% do excesso, se houver, da parte do salário de participação sobre 20 salários unitários.

Em 31 de dezembro de 2020, o número de participantes ativos era de 3.512 (3.758 em 31 de dezembro de 2019) e o de inativos era de 7.580 (7.399 em 31 de dezembro de 2019).

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As contribuições da Companhia e dos participantes ao Plano G1 em 2020 foram de R\$ 36.009 (em 2019 – R\$ 36.968) e R\$ 36.608 (em 2019 – R\$ 38.391), respectivamente. Deste montante, no exercício de 2020, a Companhia e os participantes efetuaram pagamentos referentes ao déficit atuarial ao Plano G1 no valor de R\$ 26.326 e R\$ 26.895, respectivamente.

Gastos previstos para o exercício seguinte	2021
Custo do serviço líquido	2.226
Custo dos juros	205.707
Rentabilidade líquida sobre os ativos financeiros	(184.687)
Gasto a ser reconhecido pelo empregador	23.246

Ativos do plano

As políticas e estratégias de investimento do plano têm como objetivo obter retornos condizentes e reduzir os riscos associados à utilização de ativos financeiros disponíveis no Mercado de Capitais por meio da diversificação, considerando fatores tais como as necessidades de liquidez e a natureza de longo prazo do passivo do plano, tipos e disponibilidade dos instrumentos financeiros no mercado local e internacional, condições e previsões econômicas gerais, assim como exigências estipuladas pela legislação. A alocação dos ativos do plano e as estratégias de seu gerenciamento são determinadas com o apoio de relatórios e análises preparados pela SABESPREV e de consultores financeiros independentes:

	31 de dezembro de 2020	%	31 de dezembro de 2019	%
Total renda fixa	1.811.164	64,8	1.795.554	65,2
Total renda variável	311.958	11,2	301.707	11,0
Total investimentos estruturados	575.943	20,6	630.933	22,9
Outros	94.862	3,4	24.223	0,9
Valor justo dos ativos do plano	2.793.927	100	2.752.417	100

As restrições a respeito dos investimentos da carteira de ativos, no caso de títulos do governo federal são:

- i) papéis securitizados pelo Tesouro Nacional;
- ii) instrumentos derivativos só devem ser utilizados para proteção.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As restrições a respeito dos investimentos da carteira de ativos, no caso de títulos de renda variável para gerenciamento interno, são:

- i) operações de *day-trade*;
- ii) venda de ações a descoberto;
- iii) operações de *swap* sem garantia;
- iv) não será permitida a alavancagem, operações com derivativos que representam uma alavancagem do ativo ou venda a descoberto, tais operações não podem resultar em perdas maiores que os valores investidos.

Em 31 de dezembro de 2020, a SABESPREV não possuía ativos financeiros emitidos pela Companhia em sua carteira própria; contudo, poderia haver tais ativos na carteira dos fundos de investimentos investidos pela Fundação. Os imóveis mantidos em carteira não são usados pela Companhia.

(ii) Plano G0

De acordo com a Lei Estadual nº 4.819/1958, funcionários que iniciaram a prestação de serviço antes de maio de 1974 e se aposentaram como funcionários da Companhia adquiriram o direito de receber pagamentos complementares às aposentadorias e pensões pagas dentro do Plano G0. A Companhia paga a complementação dessas aposentadorias e pensões em nome do Estado de São Paulo e busca o reembolso desses valores, que são registrados como contas a receber de acionista, limitando-se aos valores considerados praticamente certos que serão reembolsados pelo Estado de São Paulo.

O número de participantes ativos do Plano G0 em 31 de dezembro de 2020 e 2019 era de 10 e o número de participantes assistidos e pensionistas em 31 de dezembro de 2020 era de 1.862 (de 1.960 em 31 de dezembro de 2019).

Gastos previstos para o exercício seguinte

	2021
Custo dos juros	158.214
Despesa a ser reconhecida	158.214

(iii) Plano Sabesprev Mais

Administrado pela SABESPREV, em 31 de dezembro de 2020, este Plano de Contribuição Definida tinha 9.587 participantes entre ativos e assistidos (em 31 de dezembro de 2019 – 9.774).

As contribuições da patrocinadora correspondem ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de 100% sobre a contribuição básica efetuada pelo participante.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv) VIVEST

O Plano Sabesp Mais foi fechado para novas adesões em 31 de dezembro de 2019 e desde 1º de janeiro de 2020 os empregados admitidos têm a opção de aderir ao Plano de Contribuição Definida da Fundação CESP (VIVEST), assim como aqueles empregados não optantes pelo Plano Sabesp Mais. Em 31 de dezembro de 2020 o número de participantes era de 24.

(v) Conciliação dos gastos com obrigações previdenciárias

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Plano G1	25.776	40.073
Plano G0	110.810	130.067
Plano Sabesp Mais	21.700	22.461
Plano VIVEST	58	-
Subtotal	158.344	192.601
Gastos capitalizados ao ativo	(4.904)	(6.022)
Outros	5.841	8.040
Obrigações Previdenciárias (Nota 29)	159.281	194.619

(c) Participação nos resultados

Com base nas negociações realizadas com as entidades representativas de classe funcional, foi implementado o Programa de Participação nos Resultados com a distribuição do valor correspondente de até uma folha de pagamento, mediante o estabelecimento de metas considerando o período de janeiro a dezembro, com previsão de pagamento em abril do ano subsequente. Foram provisionados na rubrica "Salários, encargos e contribuições sociais", no passivo circulante, no período de janeiro a dezembro de 2020 e de 2019, os montantes de R\$ 90.980 e R\$ 93.486, respectivamente.

22 Serviços a pagar

Nessa rubrica são registrados os saldos a pagar principalmente relativos aos serviços recebidos de terceiros, tais como fornecimento de energia elétrica, serviços de leitura de hidrômetros e entrega de faturas de água e esgoto, serviços de limpeza, vigilância e segurança, cobrança, assessoria jurídica, auditoria, publicidade e propaganda, consultorias, entre outros. Também são registrados os valores a pagar do repasse de 7,5% da receita do Município de São Paulo para o Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura (Nota 15 (c) (v) (6)). Os saldos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 eram de R\$ 453.750 e R\$ 474.078, respectivamente.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 Programa de Retenção do Conhecimento (PRC)

Em junho de 2018 foi implantado o PRC, com previsão de término em dezembro de 2020, visando oferecer condições para o planejamento de pessoal e atenuar o impacto com a saída dos empregados que possuem conhecimento estratégico adquirido ao longo do tempo.

Para os inscritos fica garantido o cumprimento das cláusulas contidas em Acordo Coletivo de Trabalho vigente na data de seu desligamento e será concedido incentivo indenizatório proporcional ao tempo de serviço na SABESP, equivalente ao percentual do saldo do FGTS, para fins rescisórios, na data do desligamento.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo total era de R\$ 3.975 (em 31 de dezembro de 2019 – R\$ 153.377), registrado na rubrica “Salários, encargos e contribuições sociais”, no passivo circulante, referente a empregados afastados que serão desligados oportunamente.

24 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 o capital social autorizado, subscrito e integralizado, no montante de R\$ 15.000.000 era composto de 683.509.869 ações ordinárias, escriturais, nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas.

	31 de dezembro de 2020		31 de dezembro de 2019	
	Número de ações	%	Número de ações	%
Estado de São Paulo ⁽¹⁾	343.507.729	50,3	343.524.285	50,3
Outros acionistas				
No país ⁽²⁾	254.868.646	37,3	236.161.929	34,5
No exterior ^{(3) (4)}	85.133.494	12,4	103.823.655	15,2
Total	683.509.869	100,0	683.509.869	100,0

- (1) Está em trâmite na 7ª Vara da Fazenda de São Paulo - Capital a ação ordinária com pedido de obrigação de fazer autuada sob nº 1051534-40.2019.8.26.0053, cujo objeto é a antijuridicidade da alienação de ações de titularidade da Fazenda do Estado de São Paulo, por iniciativa do Banco Bradesco S.A., agente custodiante e escriturador das ações desta Companhia, a terceiros.
- (2) Em 31 de dezembro de 2020, as ações ordinárias negociadas no Brasil eram detidas por 40.399 acionistas. Inclui 6 ações detidas pela Cia Paulista de Parcerias – CPP, empresa controlada pelo Estado de São Paulo.
- (3) Ações negociadas na forma de American Depositary Receipts (ADR) na Bolsa de Valores de Nova York, por meio do The Bank New York Mellon, banco depositário dos ADRs da Companhia.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(4) Cada ADR equivale a uma ação.

(b) Remuneração aos acionistas

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com a legislação societária. Sobre os dividendos aprovados não incidem juros, e os montantes não reclamados dentro de 3 anos da data da Assembleia Geral que os aprovou prescreverão em favor da Companhia.

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	973.318	3.367.517
(-) Reserva legal - 5%	48.666	168.376
	924.652	3.199.141
Dividendo mínimo obrigatório – 25%	231.163	799.785
Dividendo por ação	0,33820	1,17012

A Assembleia Geral de Acionistas aprovou em 28 de abril de 2020, a distribuição de dividendos adicionais propostos no valor de R\$ 141.203, relativo ao exercício de 2019. Dessa forma, o valor de R\$ 80.973, relativo à parcela excedente aos dividendos mínimos obrigatórios de 25%, estabelecido no estatuto social, registrado no patrimônio líquido de 2019 na rubrica “Dividendos adicionais propostos” foi transferido para o passivo circulante. O pagamento teve início em maio de 2020.

A Companhia propôs *ad referendum* da Assembleia Geral de Acionistas de 2021, dividendos na forma de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 231.163 (R\$ 799.785 em 2019) e dividendos adicionais propostos no montante de R\$ 40.806 (R\$ 141.203 em 2019), perfazendo um total de R\$ 271.969 (R\$ 940.988 em 2019), correspondentes a R\$ 0,3979 por ação ordinária (R\$ 1,3767 em 2019), a serem referendados na Assembleia Geral em 29 de abril de 2021. O montante de R\$ 40.806 (R\$ 141.203 em 2019) foi reclassificado dentro do Patrimônio Líquido para a conta de “Dividendo adicional proposto”, neste montante está considerado o valor do imposto de renda na fonte de R\$ 14.430 (R\$ 60.230 em 2019).

A Companhia imputou os juros sobre o capital próprio ao dividendo mínimo, pelo seu valor líquido do imposto de renda na fonte. O valor de R\$ 14.430 (R\$ 60.230 em 2019) referente ao imposto de renda na fonte foi reconhecido no passivo circulante, para cumprir com as obrigações fiscais relativas ao crédito dos juros sobre o capital próprio.

O saldo a pagar de juros sobre o capital próprio, em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$ 231.611 (R\$ 800.352 em 2019), refere-se ao valor declarado em 2020 de R\$ 231.163 (R\$ 799.785 em 2019), líquido do imposto de renda retido na fonte e de R\$ 448 declarados em exercícios anteriores (R\$ 567 em 2019).

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Reserva legal

Reserva de lucros - reserva legal: é constituída pela alocação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital exceder de 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital e não pode ser utilizada para pagamento de dividendos.

(d) Reserva de investimentos

Reserva de lucros - reserva de investimentos: é constituída especificamente da parcela correspondente aos recursos próprios que serão destinados à ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, baseado em orçamento de capital aprovado pela Administração.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o saldo da reserva de investimentos era de R\$ 6.751.258 e R\$ 6.098.575, respectivamente.

De acordo com o disposto no parágrafo quarto do Artigo 49 do estatuto social, o Conselho de Administração poderá propor à Assembleia Geral que o saldo remanescente do lucro do exercício, após dedução da reserva legal e do dividendo mínimo obrigatório, seja destinado à constituição de uma reserva de investimentos que obedecerá aos seguintes critérios:

- I- seu saldo, em conjunto com o saldo das demais reservas de lucros, exceto as reservas para contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social;
- II- a reserva tem por finalidade assegurar o plano de investimentos e seu saldo poderá ser utilizado:
 - a) na absorção de prejuízos, sempre que necessário;
 - b) na distribuição de dividendos, a qualquer momento;
 - c) nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações, autorizadas por lei; e
 - d) na incorporação ao capital social.

(e) Destinação do lucro do exercício

	<u>2020</u>
Lucro líquido	
(+) Lucro do exercício	973.318
(-) Reserva legal – 5%	48.666
(-) Dividendos mínimos obrigatórios	231.163
(-) Dividendos adicionais propostos	<u>40.806</u>
Reserva de investimentos	<u>652.683</u>

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Administração encaminhará para aprovação da Assembleia Geral proposta para a transferência dos saldos de lucros acumulados, no valor de R\$ 652.683 para a conta de Reserva de Investimentos, para fazer face às necessidades de investimentos previstas no Orçamento de Capital.

(f) Lucros acumulados

O saldo estatutário desta conta é zero, pois todo lucro acumulado deve ser destinado ou alocado para uma reserva de lucro.

(g) Ajuste de avaliação patrimonial

Os ganhos e perdas decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são contabilizados como ajuste de avaliação patrimonial, líquidos dos efeitos do imposto de renda e contribuição social. Ver na Nota 21 (b) a divulgação da composição dos valores contabilizados em 2020 e 2019.

	Plano G1	Plano G0	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	105.254	(1.017.408)	(912.154)
Ganhos/(perdas) atuariais do exercício (Nota 21 (b))	(10.179)	521.331	511.152
Saldo em 31 de dezembro de 2020	95.075	(496.077)	(401.002)

25 Lucro por ação

Básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui potenciais ações ordinárias em circulação, como por exemplo, dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro básico e o diluído por ação são iguais.

	2020	2019
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	973.318	3.367.517
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas	683.509.869	683.509.869
Lucro básico e diluído por ação (reais por ação)	1,42	4,93

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26 Informações por segmento de negócios

A Administração da Companhia, composta pelo Conselho de Administração e Diretoria Colegiada, definiu o segmento operacional utilizado para a tomada de decisões estratégicas como prestação de serviços de saneamento.

Resultado

	2020		
	Saneamento (i)	Reconciliação para a demonstração do resultado (ii)	Saldo conforme demonstrações financeiras
Receita operacional bruta	15.157.780	3.716.616	18.874.396
Deduções da receita bruta	(1.076.855)	-	(1.076.855)
Receita operacional líquida	14.080.925	3.716.616	17.797.541
Custos, despesas com vendas, gerais e administrativas	(9.796.821)	(3.630.139)	(13.426.960)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas e equivalência patrimonial	4.284.104	86.477	4.370.581
Outras receitas / (despesas) operacionais líquidas			107.656
Equivalência patrimonial			14.136
Resultado financeiro, líquido			(3.166.371)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social			1.326.002
Depreciação e amortização	(2.037.112)		(2.037.112)

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2019		
	Saneamento (i)	Reconciliação para a demonstração do resultado (ii)	Saldo conforme demonstrações financeiras
Receita operacional bruta	16.134.032	2.946.566	19.080.598
Deduções da receita bruta	(1.096.944)	-	(1.096.944)
Receita operacional líquida	15.037.088	2.946.566	17.983.654
Custos, despesas com vendas, gerais e administrativas	(9.375.590)	(2.881.394)	(12.256.984)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas e equivalência patrimonial	5.661.498	65.172	5.726.670
Outras receitas / (despesas) operacionais líquidas			(18.748)
Equivalência patrimonial			3.701
Resultado financeiro, líquido			(1.033.681)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social			4.677.942
Depreciação e amortização	(1.780.094)		(1.780.094)

- (i) Vide Nota 33 para mais informações sobre itens não monetários, exceto depreciação e amortização que afetam os resultados por segmento, e informações adicionais de ativos de longa duração.
- (ii) Receita de construção e custos relacionados não são analisados pelo principal gestor das decisões operacionais da Companhia. A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 (Contratos de Concessão) e com o CPC 47 / IFRS 15 (Receita de Contrato com Cliente), à medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Vide mais detalhes na Nota 15 (e).

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27 Cobertura de seguros

A Companhia mantém seguros que cobrem, entre outros, incêndio e demais danos aos bens, edifícios de escritórios e seguro de responsabilidade contra terceiros. Adicionalmente, mantém cobertura de seguro de responsabilidade civil para conselheiros e diretores ("seguro D&O") e seguro garantia judicial (conforme descrito na Nota 20 (f)) e seguro garantia tradicional. Os seguros são contratados por meio de licitações que contam com a participação das principais companhias seguradoras brasileiras e internacionais que operam no Brasil.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria da demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2020, a cobertura de seguros da Companhia era a seguinte:

	Importância Segurada
Riscos nomeados – incêndio	2.185.827
Riscos de engenharia	2.764.278
Seguro garantia judicial	500.000
Seguro garantia tradicional	100.000
Responsabilidade civil – D&O (<i>Directors and Officers</i>)	100.000
Responsabilidade civil – obras	136.010
Responsabilidade civil – operacional	10.000
Outros	15
Total	<u>5.796.130</u>

28 Receitas operacionais

(a) Receita de serviços de saneamento:

	2020	2019
Região Metropolitana de São Paulo	10.722.384	11.849.776
Sistemas Regionais	4.435.396	4.284.256
Total	<u>15.157.780</u>	<u>16.134.032</u>

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Reconciliação da receita operacional bruta para a receita operacional líquida:

	2020	2019
Receita de serviços de saneamento (i)	15.157.780	16.134.032
Receita de construção	3.716.616	2.946.566
Impostos sobre vendas	(1.009.358)	(1.035.051)
Taxa de Regulação, Controle e Fiscalização (TRCF)	(67.497)	(61.893)
Receita líquida	17.797.541	17.983.654

(i) Inclui o montante de R\$ 72.962 referente a TRCF cobrada dos clientes em 2020 (R\$ 70.122 em 2019), referentes aos municípios regulados pela ARSESP.

29 Custos e despesas operacionais

	2020	2019
Custos operacionais		
Salários, encargos e benefícios	(1.958.395)	(1.938.265)
Obrigações previdenciárias	(37.281)	(49.564)
Custos de construção (Nota 26)	(3.630.139)	(2.881.394)
Materiais gerais	(244.054)	(259.401)
Materiais de tratamento	(338.756)	(310.380)
Serviços de terceiros	(1.251.839)	(1.250.890)
Energia elétrica	(1.214.831)	(1.140.160)
Despesas gerais	(622.113)	(647.804)
Depreciação e amortização	(1.882.259)	(1.659.779)
	(11.179.667)	(10.137.637)
Despesas com vendas		
Salários, encargos e benefícios	(271.565)	(270.549)
Obrigações previdenciárias	(5.059)	(6.848)
Materiais gerais	(5.471)	(10.332)
Serviços de terceiros	(290.512)	(360.190)
Energia elétrica	(1.200)	(1.333)
Despesas gerais	(118.278)	(122.503)
Depreciação e amortização	(59.201)	(31.649)
	(751.286)	(803.404)

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2020	2019
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (Nota 10 (c))	(444.826)	(128.099)
Despesas administrativas		
Salários, encargos e benefícios	(257.829)	(278.507)
Obrigações previdenciárias	(116.941)	(138.207)
Materiais gerais	(14.237)	(3.216)
Serviços de terceiros	(230.054)	(197.357)
Energia elétrica	(1.359)	(1.436)
Despesas gerais	(257.693)	(407.250)
Depreciação e amortização	(95.652)	(88.666)
Despesas fiscais	(77.416)	(73.205)
	<u>(1.051.181)</u>	<u>(1.187.844)</u>
Custos e despesas operacionais		
Salários, encargos e benefícios	(2.487.789)	(2.487.321)
Obrigações previdenciárias	(159.281)	(194.619)
Custos de construção (Nota 26)	(3.630.139)	(2.881.394)
Materiais gerais	(263.762)	(272.949)
Materiais de tratamento	(338.756)	(310.380)
Serviços de terceiros	(1.772.405)	(1.808.437)
Energia elétrica	(1.217.390)	(1.142.929)
Despesas gerais	(998.084)	(1.177.557)
Depreciação e amortização	(2.037.112)	(1.780.094)
Despesas fiscais	(77.416)	(73.205)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (Nota 10 (c))	<u>(444.826)</u>	<u>(128.099)</u>
	<u>(13.426.960)</u>	<u>(12.256.984)</u>

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

30 Receitas e despesas financeiras

	2020	2019
Despesas financeiras		
Juros e demais encargos sobre empréstimos e financiamentos – moeda nacional	(348.050)	(331.367)
Juros e demais encargos sobre empréstimos e financiamentos – moeda estrangeira	(136.257)	(165.421)
Outras despesas financeiras	(328.413)	(344.508)
Imposto de renda sobre remessa ao exterior	(15.134)	(17.650)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	(86.938)	(44.802)
Outras variações monetárias	(142.313)	(107.584)
Juros e variações monetárias sobre provisões (i)	(267.654)	(162.093)
Total de despesas financeiras	<u>(1.324.759)</u>	<u>(1.173.425)</u>
Receitas financeiras		
Variações monetárias ativas	120.957	91.180
Rendimento de aplicações financeiras	75.522	151.622
Juros ativos	162.576	150.054
Cofins e Pasep	(22.328)	(20.028)
Outras	4	14
Total de receitas financeiras	<u>336.731</u>	<u>372.842</u>
Financeiras, líquidas antes das variações cambiais	<u>(988.028)</u>	<u>(800.583)</u>
Variações cambiais		
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos (ii)	(2.180.241)	(233.960)
Variação cambial sobre ativos	1.894	863
Outras variações cambiais	4	(1)
Variações cambiais, líquidas	<u>(2.178.343)</u>	<u>(233.098)</u>
Financeiras líquidas	<u>(3.166.371)</u>	<u>(1.033.681)</u>

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Acréscimo de R\$ 105,6 milhões, decorrente do maior reconhecimento de juros e variações monetárias sobre processos judiciais.
- (ii) Acréscimo de R\$ 1.946,3 milhões, em função da maior valorização do dólar e do iene frente ao real em 2020 (28,9% e 35,8%, respectivamente), quando comparada à valorização de 2019 (4,0% e 5,3%, respectivamente).

31 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2020	2019
Outras receitas operacionais, líquidas	70.288	75.667
Outras despesas operacionais	37.368	(94.415)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	107.656	(18.748)

As outras receitas operacionais compõem-se de lucro nas vendas do ativo imobilizado, vendas de editais, venda de direito de energia elétrica, indenizações e ressarcimento de despesas, multas e cauções, locação de imóveis, água de reúso, projetos e serviços do PURA e estão apresentadas líquidas de Cofins e Pasep.

As outras despesas operacionais compõem-se da baixa de bens das concessões por obsolescência, obras desativadas, poços improdutivos, projetos economicamente inviáveis, perdas do ativo imobilizado e constituições e reversões de perdas estimadas com indenização de ativos, tendo como principal impacto neste exercício o acordo com o município de Mauá.

32 Compromissos

A Companhia possui contratos para a administração e manutenção de suas atividades, bem como, contratos para construção de novos empreendimentos, visando atingir os objetivos propostos em seu plano de metas. A seguir são apresentados os principais valores compromissados, não reconhecidos, em 31 de dezembro de 2020:

	1 ano	1-3 anos	3-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Obrigações contratuais - Despesas	1.301.725	633.296	142.484	684.761	2.762.266
Obrigações contratuais - Investimentos	2.211.198	1.642.792	2.103.935	174.115	6.132.040
Total	3.512.923	2.276.088	2.246.419	858.876	8.894.306

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

33 Informações suplementares aos fluxos de caixa

	2020	2019
Total das adições de ativo de contrato (Nota 14)	3.984.158	3.532.283
Total das adições do intangível (Nota 15 (b))	411.285	1.788.907
Itens que não afetaram o caixa (ver composição a seguir)	(1.095.786)	(2.125.943)
Total das adições no intangível e ativo de contrato conforme demonstração do fluxo de caixa	3.299.657	3.195.247
Transações de investimentos e financiamentos que afetaram o intangível, mas não envolveram caixa:		
Juros capitalizados no exercício (Nota 15 (d))	238.330	233.251
Empreiteiros a pagar	142.514	252.675
Compromissos de contratos de programas	4.422	35.817
Parceria Público-Privada – PPP São Lourenço (Nota 15 (g))	-	10.591
Contrato de performance	314.720	78.296
Arrendamento mercantil	28.549	113.233
Margem de construção (Nota 26)	86.477	65.172
Acordo com o município de Mauá (Nota 10 (a))	280.774	-
Acordo com o município de Santo André	-	1.336.908
Total	1.095.786	2.125.943

34 Eventos subsequentes

- **COVID-19 – suspensão de cortes e renegociação de débitos**

Em 3 de fevereiro de 2021, a Companhia decidiu: (i) suspender cortes e renegociar débitos de clientes comerciais e de serviços dos municípios operados que estejam nas fases laranja e vermelha do Plano São Paulo / COVID-19; (ii) o período de vigência será de 3 de fevereiro de 2021 até 31 de março de 2021; (iii) Os débitos existentes, incluindo os acordos firmados durante o período da pandemia, serão renegociados sem aplicação de multa e juros, apenas correção monetária conforme política e procedimento da Companhia; (iv) o prazo para parcelamento será de 12 meses, a partir da repactuação dos saldos em aberto; (v) não haverá nenhuma ação de negativação por débitos até 31 de março de 2021; e (vi) os estabelecimentos que eventualmente tenham sido negativados durante a pandemia terão os efeitos suspensos imediatamente após a repactuação dos débitos com a SABESP.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 16 de março de 2021, a Companhia prorrogou de 31 de março para 30 de abril de 2021, as medidas para minimização dos impactos econômicos da pandemia em estabelecimentos comerciais e de serviços, citados acima.

- **Novo Marco Legal do Saneamento – reconhecimento de ativo financeiro**

A Companhia vem mantendo os investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, no prazo original do contrato, como ativo intangível, amortizados pela vida útil do ativo, considerando o sólido histórico de renovação de concessões e, portanto, da continuidade da prestação de serviços, pois, embora a Lei nº 14.026/2020, Novo Marco Legal do Saneamento, tivesse sido aprovada pelo Presidente da República com vetos, inclusive sobre a prorrogação dos contratos de programa, esses vetos ainda seriam votados no Congresso Federal, por este motivo a Companhia manteve para a data-base 31 de dezembro de 2020, a apresentação dos investimentos feitos nas concessões, como ativo intangível.

Entretanto, no dia 17 de março de 2021, a Câmara dos Deputados votou por manter a restrição quanto a prorrogação dos contratos de programa, ou seja, os poderes concedentes não poderão mais contratar diretamente e terão que realizar licitações para a prestação dos serviços. Desta forma, a Sabesp está avaliando os possíveis impactos, de reconhecer um ativo financeiro que poderá ser reclassificado do ativo intangível, referente aos direitos contratuais de receber caixa (indenizações), no final dos contratos, correspondente aos investimentos realizados e não recuperados ao longo da prestação dos serviços.